

**MINISTÉRIO DO AMBIENTE
E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**



**PLANO DE BACIA HIDROGRÁFICA
DAS RIBEIRAS DO OESTE**

1ª Fase

Análise e Diagnóstico da Situação de Referência

**Anexo Temático 5 – Análise da Ocupação do Solo
e Ordenamento do Território**

Julho de 2001



Índice do Volume

Texto	Pág.
Parte 1 - Ocupação do Solo	1
1 - Introdução	1
1.1 - Metodologia Geral	1
1.2 - Abrangência Territorial	2
2 - Espaços Urbanos, Turísticos e Industriais	5
2.1 - Considerações Gerais	5
2.2 - Situação Actual	7
2.3 - Perspectivas de Evolução	12
3 - Espaços Agrícolas, Florestais e Incultos	15
4 - Situações de Conflito/Incompatibilidades	17
5 - Síntese	19
Parte 2 - Instrumentos de Gestão Territorial	23
1 - Introdução	23
2 - Planos Especiais de Ordenamento do Território	24
2.1 - Considerações Gerais	24
2.2 - Planos de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas.....	25
2.3 - Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas	25
2.4 - Planos de Ordenamento da Orla Costeira.....	26
3 - Planos Regionais de Ordenamento do Território.....	27
4 - Planos Municipais de Ordenamento do Território	29

Figuras

Figura A5.P1-02.01 - Ocupação Urbana, Turística e Industrial

Figura A5.P1-03.01 - Ocupação Agrícola, Florestal e Incultos

Figura A5.P2-01-01 - Instrumentos de Gestão Territorial

Anexos

Anexo 1 - Espaços Urbanos, Turísticos e Industriais por Concelho

Anexo 2 - Espaços Urbanos, Turísticos e Industriais por UHP

Anexo 3 - Espaços Agrícolas, Florestais e Incultos por UHP

Anexo Temático 5 - Análise da Ocupação do Solo e Ordenamento do Território

Parte 1 - Ocupação do Solo

1 - Introdução

1.1 - Metodologia Geral

A caracterização da ocupação do solo no território abrangido pelo Plano de Bacia Hidrográfica (PBH) das Ribeiras do Oeste constitui um importante elemento de apoio para o desenvolvimento de outras análises no âmbito do presente Plano, nomeadamente ao nível do comportamento hidrológico das bacias hidrográficas, da avaliação das necessidades de água e da distribuição de áreas impermeabilizadas e permeáveis em função do revestimento vegetal.

A presente caracterização foi dividida em duas tipologias principais de ocupação do solo:

- Espaços urbanos, turísticos e industriais;
- Espaços agrícolas, florestais e incultos.

A análise do segundo agrupamento de espaços referido baseou-se essencialmente na carta do Corine Land Cover, a qual constitui a única informação cartográfica disponibilizada em formato digital que abrange a globalidade da área do PBH. Trata-se de uma base de trabalho em muitos aspectos já desactualizada e que possui lacunas decorrentes do reduzido grau de detalhe com que foi elaborada e da falta de validação e correcção de eventuais problemas resultantes da classificação automática das imagens Landsat originais. Apesar do referido, considera-se que a informação constante nesta carta permite, ao nível do Plano de Bacia, uma aproximação à realidade suficiente para a análise da ocupação agrícola e florestal.

De modo a obter-se uma caracterização mais actualizada e fidedigna da ocupação urbana, turística e industrial na área do PBH, recorreu-se à informação cartográfica disponível nas Plantas de Ordenamento dos Planos Directores Municipais abrangidos pelo PBH. Esta

informação foi ainda complementada com dados provenientes da caracterização demográfica realizada no âmbito deste Plano.

1.2 - Abrangência Territorial

A área do PBH das Ribeiras do Oeste abrange total ou parcialmente 21 concelhos. Com excepção de Rio Maior, os concelhos abrangidos pertencem aos distritos de Lisboa e Leiria.

Apenas 5 concelhos (Bombarral, Lourinhã, Nazaré, Óbidos e Peniche¹) têm a totalidade do seu território integrada na área do PBH, enquanto que 3 concelhos (Caldas da Rainha, Cascais e Torres Vedras) possuem mais de 90% da sua área abrangida por este Plano. Relativamente aos restantes concelhos, constata-se o seguinte (ver quadros apresentados nas páginas seguintes):

- 4 concelhos (Alcobaça, Cadaval, Mafra e Sintra) possuem entre 73% a 86% da sua área abrangida pelo PBH;
- 2 concelhos (Porto de Mós e Sobral de Monte Agraço) possuem entre 23% e 49% da sua área abrangida pelo PBH;
- 2 concelhos (Alenquer e Leiria) possuem entre 3% a 5% da sua área abrangida pelo PBH;
- 5 concelhos (Arruda dos Vinhos, Batalha, Loures, Oeiras e Rio Maior) possuem áreas integradas no plano extremamente diminutas ($\leq 1\%$ da sua área abrangida pelo PBH).

Quanto à distribuição da área do PBH por concelho, verifica-se que, no seu conjunto, 5 concelhos (Alcobaça, Caldas da Rainha, Mafra, Sintra e Torres Vedras) representam mais de 60% da área total da região hidrográfica das Bacias do Oeste, enquanto que 7 concelhos (Alenquer, Arruda dos Vinhos, Batalha, Leiria, Loures, Oeiras e Rio Maior) correspondem, individualmente, a menos de 1% da área do Plano, representando, no seu conjunto, menos de 1,5% da área total do PBH (ver quadro e gráfico correspondente, apresentados nas páginas seguintes).

¹ Para o concelho de Peniche, não foi considerada a área das Ilhas Berlengas.

Concelhos Abrangidos pelo PBH

Concelho	Distrito	NUT II	Abrangência pelo PBH			
			Total	Parcial	Reduzida	Diminuta
Alcobaça	Leiria	Lisboa e Vale do Tejo		x		
Alenquer	Lisboa	Lisboa e Vale do Tejo			x	
Arruda dos Vinhos	Lisboa	Lisboa e Vale do Tejo				x
Batalha	Leiria	Centro				x
Bombarral	Leiria	Lisboa e Vale do Tejo	x			
Cadaval	Lisboa	Lisboa e Vale do Tejo		x		
Caldas da Rainha	Leiria	Lisboa e Vale do Tejo		x		
Cascais	Lisboa	Lisboa e Vale do Tejo		x		
Leiria	Leiria	Centro			x	
Loures	Lisboa	Lisboa e Vale do Tejo				x
Lourinhã	Lisboa	Lisboa e Vale do Tejo	x			
Mafra	Lisboa	Lisboa e Vale do Tejo		x		
Nazaré	Leiria	Lisboa e Vale do Tejo	x			
Óbidos	Leiria	Lisboa e Vale do Tejo	x			
Oeiras	Lisboa	Lisboa e Vale do Tejo				x
Peniche	Leiria	Lisboa e Vale do Tejo	x			
Porto de Mós	Leiria	Centro		x		
Rio Maior	Santarém	Lisboa e Vale do Tejo				x
Sintra	Lisboa	Lisboa e Vale do Tejo		x		
Sobral de Mte Agraço	Lisboa	Lisboa e Vale do Tejo		x		
Torres Vedras	Lisboa	Lisboa e Vale do Tejo		x		

Abrangência:

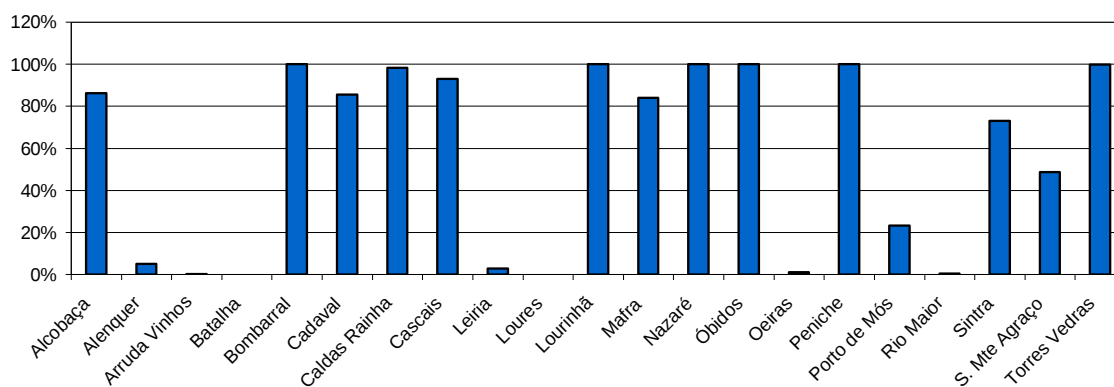
Parcial: >20% da área do concelho

Diminuta: ≤ 1% da área do concelho

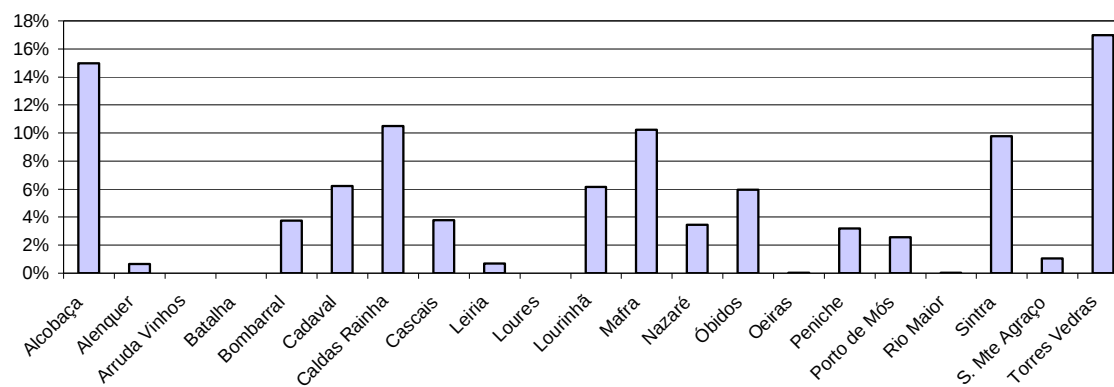
Áreas dos Concelhos Abrangidos pelo PBH

Concelho	Área Total (ha)	Área no PBH (ha)	(%)	Distribuição da Área do PBH por Concelho
Alcobaça	41 596	35 865	86,2%	15,0%
Alenquer	30 701	1 580	5,1%	0,66%
Arruda Vinhos	7 763	13	0,16%	0,01%
Batalha	10 268	2	0,01%	0,001%
Bombarral	9 022	9 022	100,0%	3,8%
Cadaval	17 459	14 933	85,5%	6,2%
Caldas Rainha	25 593	25 128	98,2%	10,5%
Cascais	9 758	9 067	92,9%	3,8%
Leiria	56 803	1 661	2,9%	0,69%
Loures	19 580	0	0,002%	0,000%
Lourinhã	14 731	14 731	100,0%	6,1%
Mafra	29 163	24 496	84,0%	10,2%
Nazaré	8 249	8 249	100,0%	3,4%
Obidos	14 258	14 258	100,0%	6,0%
Oeiras	4 549	46	1,0%	0,02%
Peniche	7 653	7 653	100,0%	3,2%
Porto de Mós	26 437	6 164	23,3%	2,6%
Rio Maior	27 161	94	0,34%	0,04%
Sintra	31 983	23 391	73,1%	9,8%
S. Mte Agraço	5 234	2 549	48,7%	1,1%
Torres Vedras	40 729	40 637	99,8%	17,0%
TOTAL	438 690	239 537		100,0%

Área dos Concelhos Abrangida pelo PBH



Distribuição da Área do PBH por Concelho



2 - Espaços Urbanos, Turísticos e Industriais

2.1 - Considerações Gerais

Conforme referido anteriormente, a análise e caracterização da ocupação urbana, turística e industrial na região hidrográfica das Ribeiras do Oeste tem por base, fundamentalmente, a informação cartográfica relativa a estas categorias de espaço constante nas Plantas de Ordenamento dos Planos Directores Municipais (PDM) dos concelhos abrangidos pelo Plano de Bacia, a qual foi disponibilizada em formato digital, georeferenciada pela Divisão de Urbanismo da Direcção-Geral do Ordenamento do Território (DGOT-DU).

Para além de fornecer uma informação mais correcta e actualizada do que a proveniente da carta do Corine Land Cover, a opção de centrar o trabalho nestes planos permite ainda obter uma síntese das expectativas e dos compromissos de ocupação e transformação do uso do solo na área do PBH. Deste modo, esta análise reflecte não só o quadro actual, como também a evolução provável do sistema urbano e da localização de actividades no território em estudo.

Importa referir que não foram considerados na presente análise os concelhos de Arruda dos Vinhos, Batalha, Loures, Oeiras e Rio Maior devido à fraca representatividade territorial que apresentam na área do Plano de Bacia. De acordo com os valores expressos nos quadro e gráfico apresentados anteriormente, os parâmetros utilizados para a exclusão dos concelhos referidos podem-se sintetizar do seguinte modo:

- área do concelho abrangida pelo PBH $\leq 1\%$ da área total do concelho;
- área do concelho abrangida pelo PBH $\leq 0,04\%$ da área total do PBH (representando, no conjunto dos 5 concelhos, menos de 1,5% da área total do PBH).

De notar, ainda, que através de uma análise sumária das Plantas de Ordenamento dos PDM dos concelhos referidos, constata-se que os espaços urbanos, turísticos ou industriais abrangidos pelo PBH apresentam áreas extremamente diminutas (ou não são mesmo abrangidos), não influenciando, por isso, o resultado final desta análise ao nível do Plano de Bacia.

Por outro lado, não foi possível contabilizar no presente Plano a ocupação urbana, turística e industrial referente ao concelho de Caldas da Rainha, uma vez que este ainda não possui o seu PDM ratificado e publicado (ver quadro seguinte), o que inviabilizou a obtenção da

correspondente informação georeferenciada. A alternativa de se obter esta informação a partir da carta do Corine Land Cover também não é viável, não só devido aos condicionamentos que esta possui (já referidos anteriormente) como também pelo facto de as categorias de uso do solo constantes nesta carta não serem equivalentes às das Plantas de Ordenamento dos PDM, traduzindo critérios e conceitos de classificação dos espaços bastante distintos.

Concelhos Analisados no Âmbito do PBH

Concelho	Situação do PDM
Alcobaça	aprovado
Alenquer	aprovado
Bombarral	aprovado
Cadaval	aprovado
Caldas da Rainha	não aprovado
Cascais	aprovado
Leiria	aprovado
Lourinhã	aprovado
Mafra	aprovado
Nazaré	aprovado
Óbidos	aprovado
Peniche	aprovado
Porto de Mós	aprovado
Sintra	aprovado
Sobral de Mte Agraço	aprovado
Torres Vedras	aprovado

Total de concelhos: 16

Relativamente aos 15 concelhos efectivamente considerados nesta caracterização, foram analisadas as áreas correspondentes às seguintes classes de espaços constantes nos PDM:

Ocupação Existente:

- Edificação Dispersa / Aldeia
- Urbana
- Turística
- Industrial
- Indústria Extractiva
- Equipamento
- Parque Urbano /Z. Verde Equipada

Ocupação Proposta:

- Urbana (Urbanizável)
- Turística
- Industrial

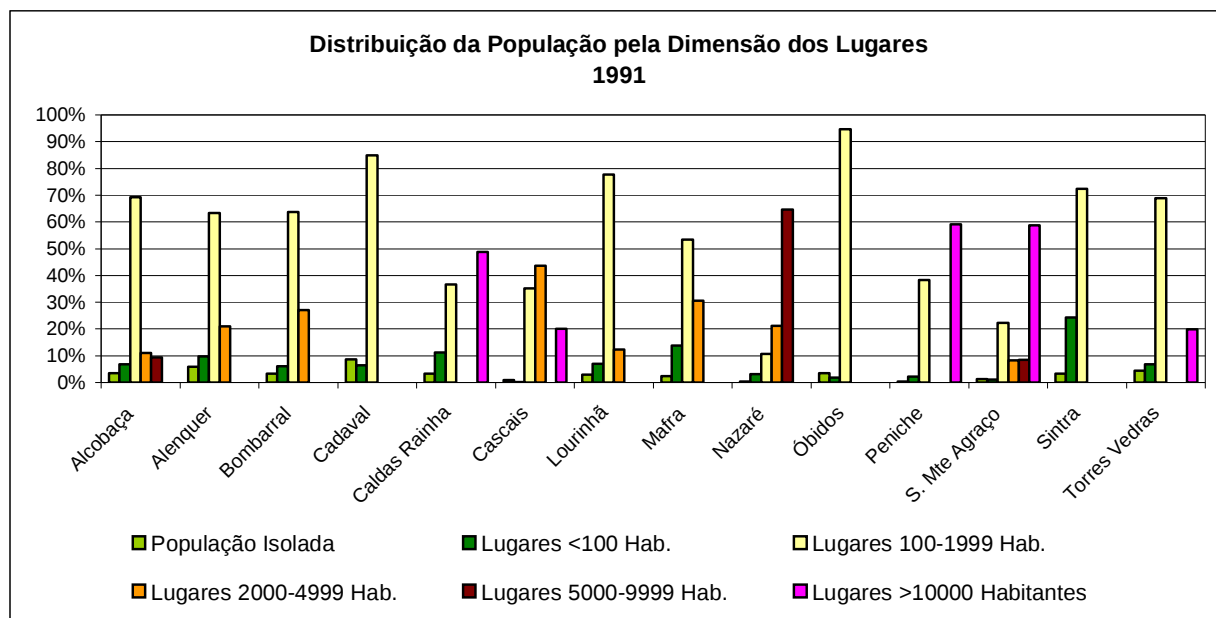
Importa salientar que foram incluídas na ocupação existente as áreas de turismo, indústria e equipamento georeferenciadas pela DGOT-DU em que o existente não se encontrava diferenciado do proposto nos PDM.

A análise referida foi desagregada em dois níveis de abrangência territorial - por concelho e por Unidade Homogénea de Planeamento (UHP) - e é apresentada, sob a forma de quadros e gráficos, nos Anexos 1 a 3.

Para a caracterização da situação actual, introduziram-se ainda dados estatísticos relativos aos 16 concelhos analisados no âmbito do PBH, de modo a permitir a sua complementação com alguns indicadores do sistema urbano, designadamente a distribuição da população pela dimensão dos lugares, a distribuição da população residente por concelho e a densidade populacional por concelho e por UHP. De notar, no entanto, que esta informação se encontra apenas associada a limites administrativos (concelho e freguesia).

2.2 - Situação Actual

No gráfico seguinte, apresenta-se a distribuição da população residente por concelho, de acordo com a dimensão dos lugares. A informação obtida é referente à totalidade do concelho (e não apenas à área do concelho no PBH) e somente abrange os municípios integrados na NUT II - Centro.



Constata-se que apenas os concelhos de Caldas da Rainha, Cascais, Peniche, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras possuem lugares com mais de 10 000 habitantes. Na maioria dos municípios (Alcobça, Alenquer, Bombarral, Cadaval, Lourinhã, Mafra, Óbidos, Sintra e Torres Vedras), mais de 50% da população distribui-se por lugares com 100 a 2000 habitantes. Inversamente, a população a viver isolada ou em lugares com menos de 100 habitantes representa geralmente uma percentagem bastante baixa do total do concelho (inferior ou muito próximo dos 10%, em ambas as situações). Destaca-se, no entanto, o concelho de Sintra, onde a população residente em lugares com menos de 100 habitantes é já bastante significativa (cerca de 25% da população total).

Quanto à população residente na área do PBH, apresenta-se nas páginas seguintes uma síntese da informação obtida por concelho e por UHP, referente ao ano de 1988.

De acordo com os dados referidos, verifica-se que na área do concelho de Cascais integrada no PBH reside mais de 25% do total da população do território abrangido pelo Plano de Bacia, a que corresponde uma densidade populacional muito elevada ($>1800 \text{ hab./km}^2$), quando comparada com a média na área do Plano (248 hab./km^2).

Segue-se o concelho de Sintra, que contribui com cerca de 18% da população residente na área do PBH e possui uma densidade média populacional nesta área de, aproximadamente, 460 hab./km^2 .

No respeitante aos restantes concelhos, observa-se que a população residente representa entre 0,20% a 12% da população total no PBH.

Ao nível das Unidades Homogéneas de Planeamento (UHP), verifica-se que a unidade Sul concentra, em apenas 10% da área total do PBH, cerca de 42% de toda a população residente na área do Plano de Bacia. A restante população distribui-se de um modo relativamente equitativo (cerca de 30%) pelas outras duas unidades territoriais.

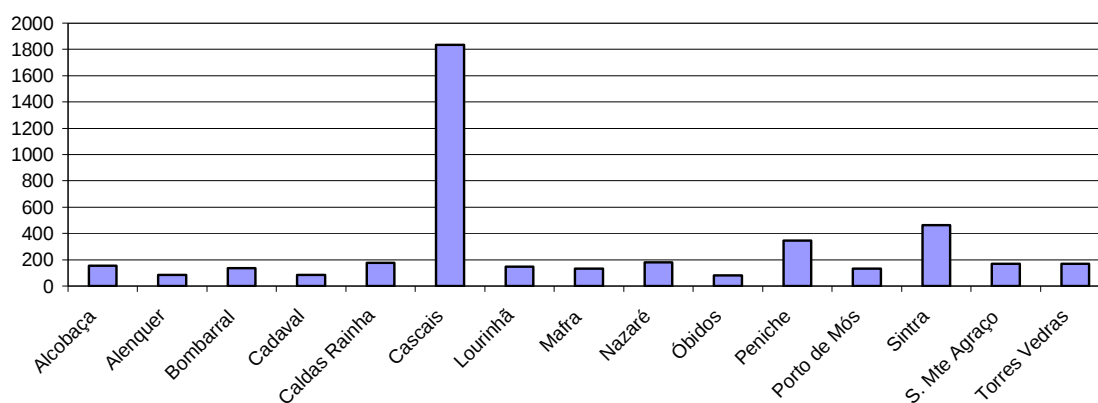
Quanto à densidade populacional por UHP, destaca-se o valor muito elevado que a unidade Sul apresenta relativamente às restantes unidades de planeamento e à média na área do PBH¹.

¹ Importa salientar que o concelho de Cascais (que apresenta uma densidade populacional muito elevada) e parte do concelho de Sintra encontram-se integrados nesta UHP.

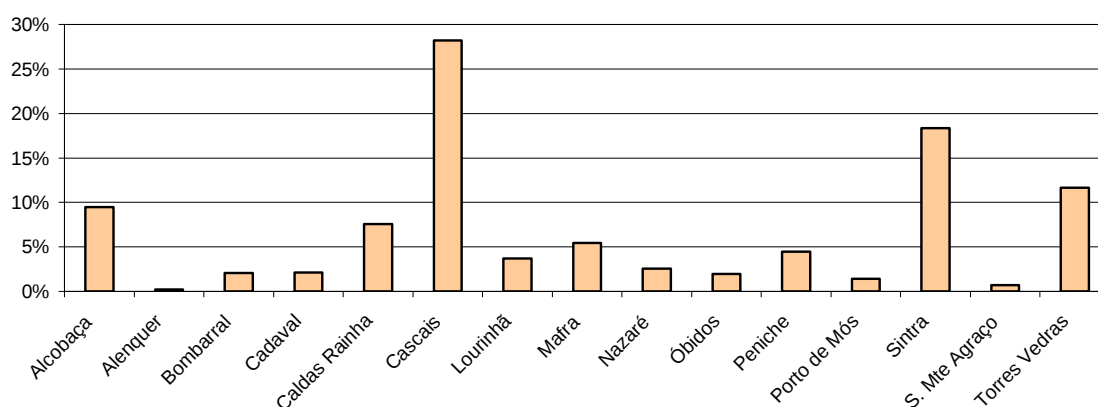
População Residente por Concelho na Área do PBH em 1988

Concelho	População Residente	Densidade (hab/km ²)	Distribuição no PBH
Alcobaça	55 740	155	9,46%
Alenquer	1 355	86	0,23%
Bombarral	12 190	135	2,07%
Cadaval	12 576	84	2,13%
Caldas Rainha	44 710	178	7,59%
Cascais	166 270	1834	28,22%
Lourinhã	21 930	149	3,72%
Mafra	32 060	131	5,44%
Nazaré	14 990	182	2,54%
Obidos	11 660	82	1,98%
Peniche	26 420	345	4,48%
Porto de Mós	8 222	133	1,40%
Sintra	108 135	462	18,36%
S. Mte Agraço	4 273	168	0,73%
Torres Vedras	68 560	169	11,64%
TOTAL	589 091	248	100,00%

Densidade Populacional (Hab./km²) por Concelho na Área do PBH

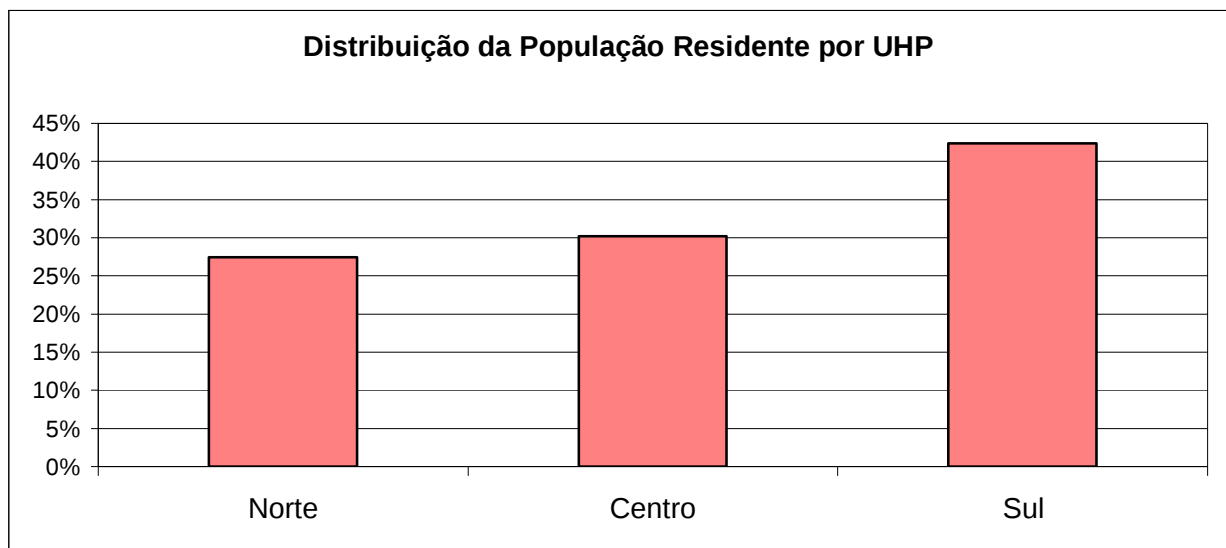
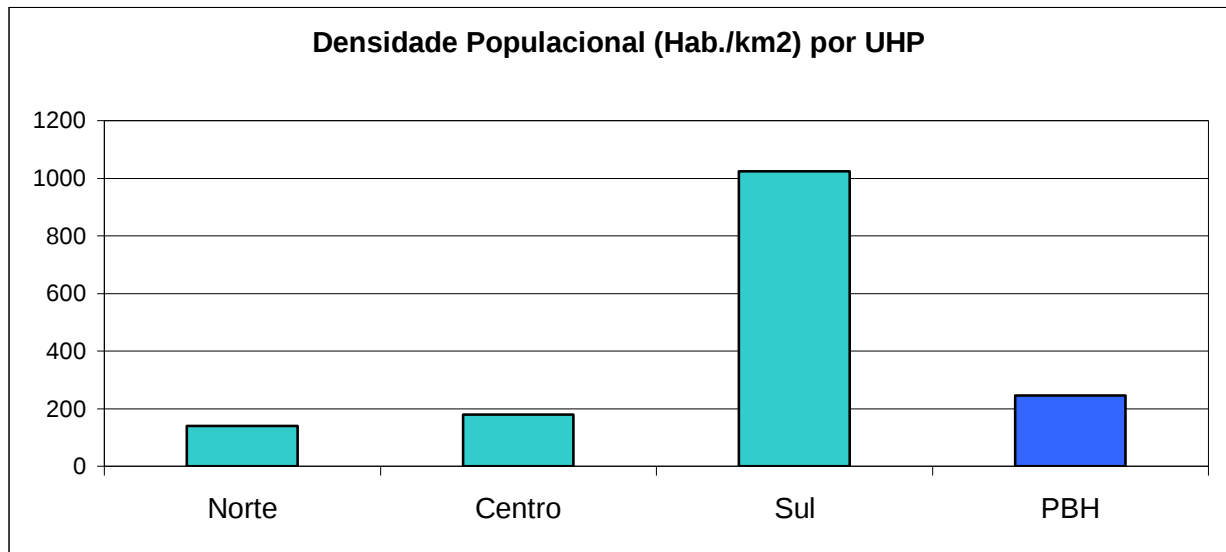


Distribuição da População Residente por Concelho na Área do PBH



População Residente por UHP em 1988

UHP	População Residente	Densidade (hab/km ²)	Distribuição no PBH
Norte	161 577	140	27,43%
Centro	178 027	179	30,22%
Sul	249 487	1023	42,35%
PBH	589 091	246	100,00%



Relativamente à ocupação do território, apresenta-se no quadro seguinte uma síntese da análise dos espaços urbanos, turísticos e industriais existentes, de acordo com a informação proveniente das Plantas de Ordenamento dos PDM abrangidos por este estudo (ver igualmente a Figura A5.P1-02.01). A análise mais detalhada destas áreas por concelho e por UHP encontra-se incluída, respectivamente, nos Anexos 1 e 2 deste volume.

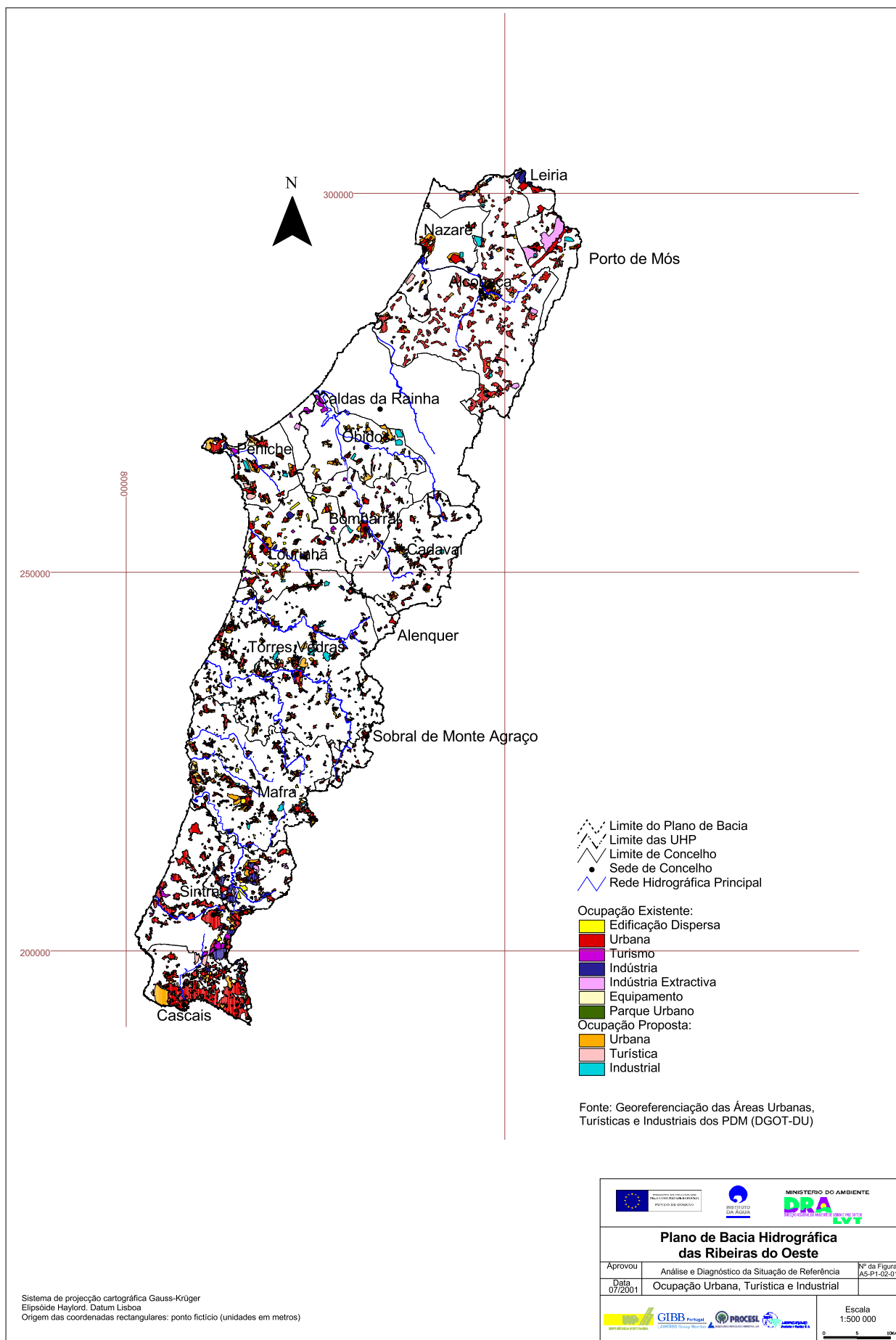
Espaços Urbanos, Turísticos e Industriais Existentes

<i>Por Concelho:</i>	Edificação Dispersa (ha)	Urbana (ha)	Turística (ha)	Industrial (ha)	Indústria Extractiva (ha)	Equipamento (ha)	Parque Urbano (ha)	Total (ha)
Alcobaça	0	4 238	0	184	111	60	0	4 593
Alenquer	0	75	0	0	0	0	0	75
Bombarral	0	574	100	77	0	0	0	751
Cadaval	0	920	0	34	22	0	0	976
Caldas Rainha ¹								
Cascais	0	2 938	18	149	0	219	0	3 324
Leiria	0	279	0	165	0	0	0	444
Lourinhã	453	865	117	163	250	0	0	1848
Mafra	444	1 507	0	86	2	24	0	2 063
Nazaré	0	433	11	82	0	0	0	526
Óbidos	0	236	222	12	82	7	0	559
Peniche	0	857	46	87	0	55	31	1077
Porto Mós	0	660	0	9	811	0	0	1480
Sintra	12	3 162	366	997	173	0	0	4 710
S. Mte. Agraço	6	303	0	8	0	0	0	316
Torres Vedras	0	2 556	0	165	6	0	0	2 727
<i>Por UHP:</i>								
Norte	76	7 371	306	529	980	67	0	9 329
Centro	835	6 954	190	1 209	251	215	31	9 685
Sul	4	5 280	387	452	0	279	0	6 402
<i>Total no PBH:</i>	915	19 605	883	2 190	1231	561	31	25 415

Constata-se que a ocupação urbana, turística e industrial existente na área do PBH totaliza aproximadamente 25 400 hectares², correspondendo a pouco mais de 10% da área total do PBH. Destaca-se o peso dos espaços urbanos relativamente às restantes tipologias de ocupação, abrangendo 80% da totalidade dos espaços analisados.

¹ Não existe informação sobre este concelho.

² Não inclui a ocupação no concelho de Caldas da Rainha.



Conforme seria expectável, os concelhos com maior ocupação urbana correspondem igualmente aqueles que possuem maior população residente na área do PBH: Alcobaça, Cascais, Sintra e Torres Vedras. Com uma expressão territorial um pouco inferior, surgem os concelhos de Mafra, Cadaval, Lourinhã e Peniche. De notar ainda a grande representatividade das áreas com edificação dispersa nos concelhos de Lourinhã e Mafra.

Apesar de não existir informação sobre o concelho de Caldas da Rainha, poderá supor-se que, atendendo aos valores da população residente, este concelho terá uma ocupação urbana igualmente significativa, que rondará, grosso modo, os 2 000 a 3 500 hectares (entre os valores obtidos para os concelhos de Alcobaça e Mafra).

Ao nível das UHP, verifica-se que a unidade Sul concentra, em apenas 10% do território em estudo, cerca de 30% do total da ocupação urbana existente na área do PBH.

Quanto às restantes tipologias de ocupação analisadas, verifica-se o seguinte:

- a ocupação turística existente é bastante significativa nos concelhos de Sintra, Óbidos, Lourinhã e Bombarral;
- a ocupação industrial existente é bastante significativa nos concelhos de Sintra (com grande destaque), Alcobaça, Torres Vedras, Leiria (apesar da área deste concelho abrangida pelo PBH ser bastante reduzida), Lourinhã e Cascais;
- a indústria extractiva tem grande significado nos concelhos de Porto de Mós (com grande destaque), Sintra e Alcobaça, sendo inexistente na UHP Sul;
- as áreas de equipamentos existentes são apenas referenciadas nos concelhos de Cascais, Sintra, Alcobaça, Peniche, Mafra e Óbidos (com destaque para os dois primeiros concelhos referidos);
- a ocupação com parques urbanos ou outras áreas verdes equipadas é apenas referenciada no concelho de Peniche (UHP Centro).

2.3 - Perspectivas de Evolução

No quadro seguinte, apresenta-se uma síntese da análise dos espaços urbanos, turísticos e industriais propostos no âmbito dos PDM (Plantas de Ordenamento) dos concelhos abrangidos por este estudo (ver igualmente a Figura A5.P1-02.01). Conforme referido anteriormente, a

análise mais detalhada destas áreas por concelho e por UHP encontra-se incluída, respectivamente, nos Anexos 1 e 2 do presente volume.

Espaços Urbanos, Turísticos e Industriais Previstos

<i>Por Concelho:</i>	Urbana (ha)	Turística (ha)	Industrial (ha)	Total (ha)	Variação*
Alcobaça	706	0	141	847	+ 18,4%
Alenquer	0	0	0	0	0%
Bombarral	372	0	33	406	+ 54,0%
Cadaval	381	37	37	455	+ 46,7%
Caldas Rainha ¹					
Cascais	1 008	147	0	1 155	+ 34,7%
Leiria	0	0	0	0	0%
Lourinhã	681	0	12	693	+ 37,5%
Mafra	1 321	0	137	1 457	+ 70,7%
Nazaré	374	77	28	479	+ 91,1%
Óbidos	694	0	167	861	+ 153,9%
Peniche	570	111	88	769	+ 71,4%
Porto Mós	104	0	71	175	+ 11,8%
Sintra	956	2	0	958	+ 20,3%
S. Mte. Agraço	59	0	5	64	+ 20,2%
Torres Vedras	1 719	0	368	2 087	+ 76,5%
<i>Por UHP:</i>					
Norte	2 699	114	477	3 290	+ 35,3%
Centro	4 784	111	609	5 504	+ 56,8%
Sul	1 470	149	0	1 619	+ 25,3%
<i>Total no PBH:</i>	8 953	374	1086	10 413	+ 41,0%

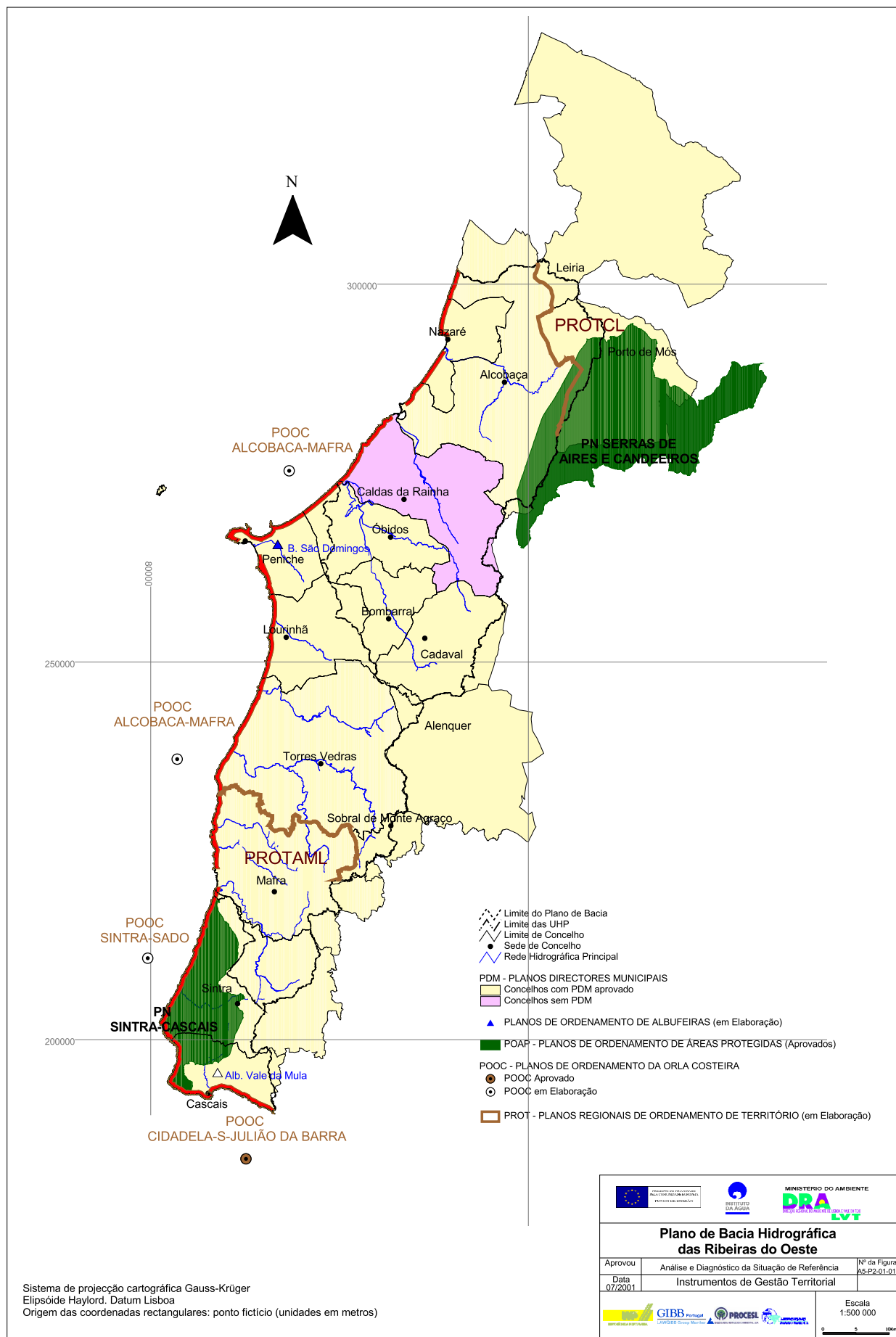
* Aumento das áreas em relação à ocupação existente

Constata-se que a ocupação urbana, turística e industrial prevista para a área do PBH totaliza aproximadamente 10 400 hectares², correspondendo a cerca de 4% da área total do PBH e a um aumento da ordem dos 41% em relação à área total dos espaços actualmente afectos a estas tipologias de ocupação.

O aumento destas áreas está, sobretudo, relacionado com o crescimento urbano, que corresponde a cerca de 86% da totalidade dos espaços urbanos, turísticos e industriais propostos nos PDM.

¹ Não existe informação sobre este concelho.

² Não inclui a ocupação no concelho de Caldas da Rainha.



Os concelhos onde se regista maior área urbanizável correspondem, sensivelmente, aqueles onde a ocupação urbana existente já é igualmente mais significativa: Alcobaça, Cascais, Lourinhã, Mafra, Peniche, Sintra e Torres Vedras. Destaca-se ainda o concelho de Óbidos, onde a ocupação urbana proposta corresponde a um aumento de quase 300% em relação à área actualmente afectada a este uso. Para os restantes concelhos referidos, o aumento da área urbana varia entre 16% e 87%. Outros concelhos que apresentam igualmente um crescimento significativo relativamente à ocupação urbana existente são o Bombarral (64%) e a Nazaré (86%).

De notar que não está previsto o aumento das áreas urbanas, turísticas ou industriais no território dos concelhos de Alenquer e Leiria abrangido pelo PBH.

Ao nível das UHP, observa-se que a unidade Sul concentra pouco mais de 16% do total das áreas urbanas propostas no âmbito dos PDM analisados. Trata-se de um valor bastante inferior à relação obtida na análise da ocupação urbana existente (30%).

Quanto às restantes tipologias de ocupação analisadas, verifica-se o seguinte:

- apenas se prevê o crescimento da ocupação turística nos concelhos de Cascais, Peniche, Nazaré, Cadaval e Sintra, sendo bastante significativo nos dois primeiros concelhos referidos e praticamente irrelevante em Sintra;
- a ocupação turística prevista na UHP Sul (a qual abrange apenas 10% do total da área do Plano de Bacia) corresponde praticamente a 40% do total obtido para as 3 Unidades de Planeamento;
- o crescimento da ocupação industrial está previsto em praticamente todos os concelhos analisados (excepto em Alenquer, Cascais, Leiria e Sintra), sendo bastante significativo nos concelhos de Torres Vedras (com grande destaque), Óbidos, Alcobaça, Mafra e Peniche;
- não se prevêem novas ocupações industriais na UHP Sul.

3 - Espaços Agrícolas, Florestais e Incultos

Conforme referido anteriormente, a presente caracterização baseou-se na carta do Corine Land Cover, tendo-se procedido ao agrupamento das classes constantes nesta carta do seguinte modo:

Designação	Classificação Corine
<i>Pastagens Permanentes</i>	Prados
<i>Áreas Agrícolas:</i>	
<i>Culturas Anuais</i>	Terras aráveis fora dos perímetros irrigados
<i>Culturas Permanentes</i>	Vinhas Pomares Olivais Culturas anuais associadas a culturas permanentes Sistemas culturais e parcelares complexos Terras principalmente agrícolas com espaços naturais
<i>Áreas Florestais:</i>	
<i>Folhosas</i>	Folhosas
<i>Eucalipto</i>	Eucalipto
<i>Resinosas</i>	Coníferas Pinheiro bravo Pinheiro manso
<i>Floresta Mista</i>	Florestas mistas
<i>Degradadas</i>	Áreas florestais degradadas
<i>Áreas Incendiadas Recentemente</i>	Estepes sub-desérticas
<i>Matos e Incultos</i>	Pastagens pobres, caminhos Charnecas e matos Vegetação esclerófita (maquis e garrigue)
<i>Outras Áreas Não Artificiais</i>	Lagoas litorais, lagoas Praias, dunas, areias e solos nus Rochas nuas Sapais marinhos

Foram excluídas desta análise as classes de espaços assinaladas na carta do Corine Land Cover que correspondem a áreas que, em princípio, estarão integradas nas ocupações urbanas, turísticas e industriais analisadas anteriormente (áreas “artificiais”): aeroportos¹, tecido urbano

¹ Importa referir que, devido a não se ter obtido informação georeferenciada proveniente dos PDM relativa aos aeroportos, as áreas afectas a estas infra-estruturas não foram analisadas no âmbito do presente Plano. A carta do Corine Land Cover apenas referencia um aeroporto localizado no concelho de Sintra (Granja).

contínuo, tecido urbano descontínuo, zonas industriais, comerciais e de equipamentos gerais e espaços verdes urbanos.

No quadro seguinte, apresenta-se uma síntese, por Unidade Homogénea de Planeamento, da caracterização dos espaços referidos existentes na área do PBH (ver igualmente a Figura A5.P1-03.01). A análise mais detalhada destas áreas encontra-se incluída no Anexo 3 do presente volume.

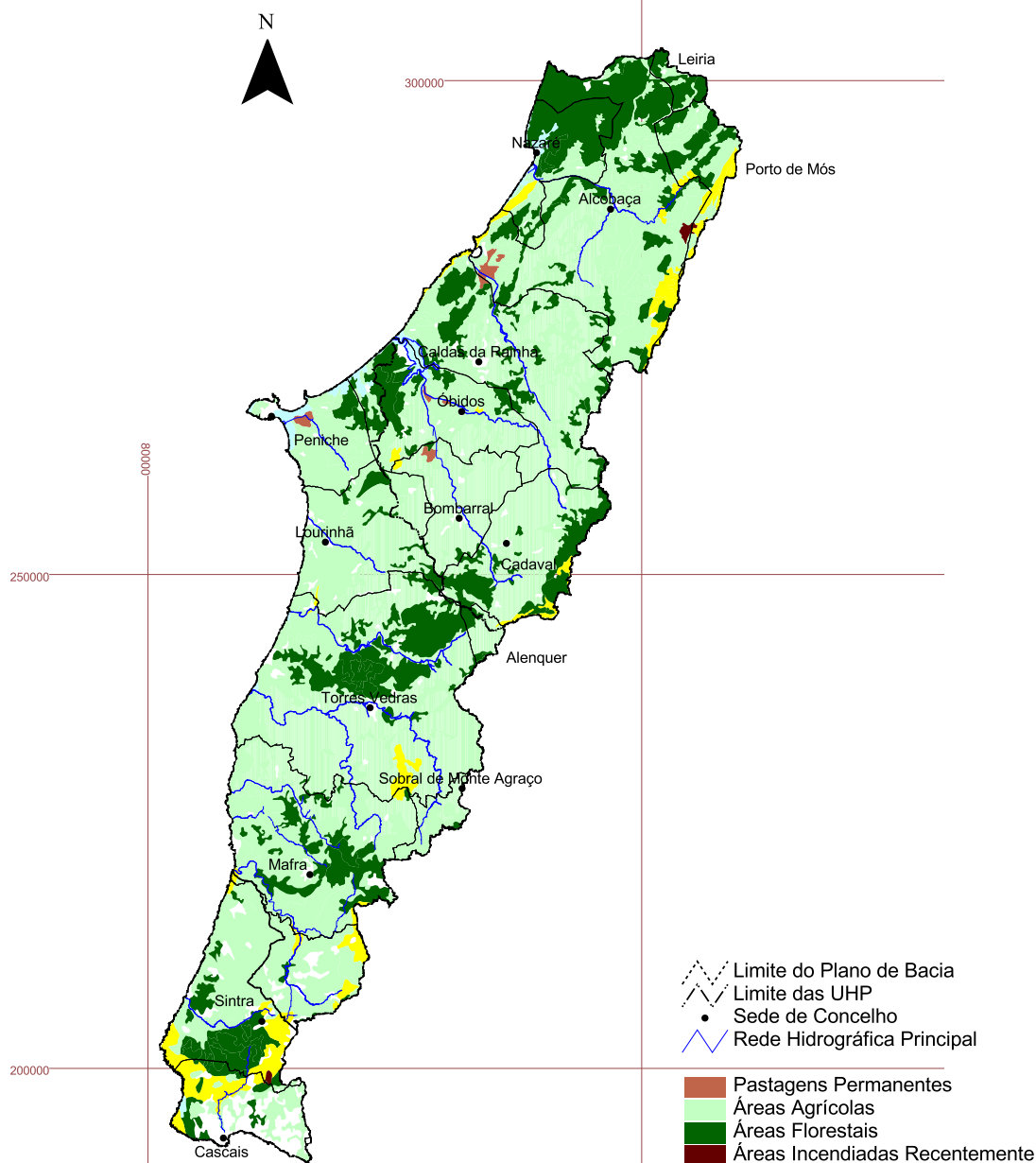
Espaços Agrícolas, Florestais e Incultos Existentes

Classes de Espaços	UHP			PBH (ha)
	Norte (ha)	Centro (ha)	Sul (ha)	
Pastagens Permanentes	661	210	0	872
Áreas Agrícolas:	77 879	75 562	10 601	164 042
Culturas Anuais	4 254	2 885	122	7 261
Culturas Permanentes	73 626	72 678	10 478	156 782
Áreas Florestais:	29 921	17 147	5 391	52 458
Folhosas	68	0	773	841
Eucalipto	4 795	9 104	0	13 899
Resinosas	15 088	1 503	1 880	18 471
Floresta Mista	8 361	2 383	1 996	12 740
Degradadas	1 609	4 157	741	6 507
Áreas Incendiadas Recentemente	189	0	77	266
Matos e Incultos	3 820	2 102	3 724	9 646
Outras Áreas Não Artificiais	1 334	1 176	113	2 622
<i>Total por UHP</i>	113 804	96 197	19 905	229 906

Verifica-se que a ocupação agrícola (essencialmente culturas permanentes) predomina largamente na região hidrográfica das Ribeiras do Oeste, correspondendo a mais de 71% do total dos espaços agrícolas, florestais e incultos referenciados. As áreas florestais representam cerca de 23% da área total dos espaços referidos.

Ao nível das Unidades Homogéneas de Planeamento, a relação entre a ocupação agrícola e florestal pode-se sintetizar do seguinte modo:

– na UHP Norte, os espaços agrícolas e florestais representam, respectivamente, 67,4% e 25,9% da área total desta unidade. A ocupação florestal corresponde, sobretudo, a floresta mista;



Fonte: Corine Land Cover

Sistema de projecção cartográfica Gauss-Krüger
Elipsóide Hayford, Datum Lisboa
Origem das coordenadas rectangulares: ponto fictício (unidades em metros)

Plano de Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Oeste	
Aprovou	Análise e Diagnóstico da Situação de Referência
Data 07/2001	Ocupação Agrícola, Florestal e Incultos
Escala 1:500 000 	

– na UHP Centro, os espaços agrícolas representam 75,9% do território desta unidade, enquanto que a ocupação florestal (onde predomina o eucalipto) corresponde apenas a 17,2% da sua área total;

– na UHP Sul, a relação entre a ocupação agrícola e florestal é um pouco mais equilibrada, representando, respectivamente, 43,5% e 22,1% da área total desta unidade.

Em termos globais, verifica-se ainda o seguinte:

– os espaços agrícolas, florestais e incultos (incluindo outras áreas não consideradas na ocupação urbana, turística e industrial) representam cerca de 96,0% do total da ocupação do solo na área do Plano de Bacia;

– as pastagens permanentes têm muito pouca expressão na área do PBH, representando menos de 0,4% do seu território;

– as áreas agrícolas (essencialmente culturas permanentes) correspondem à ocupação do solo com maior peso na área do PBH, representando aproximadamente 68,5% do seu território;

– as áreas florestais (essencialmente eucalipto, resinosas e floresta mista) são o segundo sistema com maior relevância na área do PBH, representando quase 21,9% do seu território;

– as áreas identificadas como incendiadas recentemente têm uma expressão diminuta na área do PBH, representando cerca de 0,1% do seu território;

– as áreas de matos e incultos representam apenas 4,0% da área total do PBH;

– os espaços incluídos na categoria de “outras áreas não artificiais” representam menos de 1,1% da área total do PBH.

4 - Situações de Conflito/Incompatibilidades

No âmbito do conteúdo do presente anexo temático, estava programada a identificação de potenciais situações de conflito ou incompatibilidades, resultantes de ocupações do solo existentes ou previstas que pudessem prejudicar, qualitativa ou quantitativamente, os recursos hídricos na região hidrográfica das Ribeiras do Oeste.

No entanto, não foi possível obter atempadamente informação georeferenciada proveniente de outras áreas temáticas que permitisse fazer, designadamente, o cruzamento das áreas afectas a usos do solo urbanos, turísticos ou industriais previstas nos Planos Directores Municipais com

outros espaços com características biofísicas específicas que importa salvaguardar, ou condicionar a determinados usos, tendo em vista a correcta gestão dos recursos hídricos.

De facto, seria importante proceder-se à identificação das novas ocupações urbanas, turísticas ou industriais que coincidem com áreas de infiltração máxima¹, uma vez que estas situações poderão afectar a recarga dos aquíferos devido à excessiva impermeabilização dos solos ou originar a sua poluição em resultado da infiltração de poluentes. De modo a colmatar as lacunas referidas, prevê-se a integração (caso entretanto se obtenha a informação georeferenciada necessária) desta análise nas fases posteriores do Plano de Bacia das Ribeiras do Oeste.

Tendo em vista a identificação de eventuais situações de risco de degradação da qualidade da água que possam vir a condicionar as utilizações actuais das albufeiras de São Domingos e Rio da Mula (abastecimento doméstico), procedeu-se à identificação e quantificação dos espaços urbanos, turísticos ou industriais previstos nos PDM que se localizam nas sub-bacias hidrográficas dos aproveitamentos referidos.

Constata-se que não existem, ou estão previstas, ocupações artificializadas na sub-bacia hidrográfica onde se insere a albufeira do Rio da Mula (concelhos de Sintra e Cascais).

Relativamente à sub-bacia hidrográfica da albufeira de S. Domingos, que é abrangida pelos concelhos de Peniche, Lourinhã e Óbidos, verifica-se que os PDM dos dois primeiros concelhos referidos propõem a localização de novos espaços urbanizáveis (e industriais no caso Peniche) nesta área. De notar que, na parte da sub-bacia integrada no concelho de Óbidos, não se referencia a existência de espaços urbanos, turísticos ou industriais. Em termos globais, as áreas artificializadas, existentes e previstas, na sub-bacia da albufeira de S. Domingos representam, respectivamente, cerca de 9,1% e 3,3% do seu território.

Ocupação Urbana, Turística e Industrial na Sub-Bacia da Albufeira de S. Domingos

Existente (ha)		Proposta (ha)		Área da Sub-bacia (ha)
Peniche	Lourinhã	Peniche	Lourinhã	
154	211	68	62	3 991

¹ Necessariamente identificadas com critérios técnicos mais “rigorosos” e uniformizados em relação às áreas de infiltração máxima delimitadas na actual Reserva Ecológica Nacional (REN).

5 - Síntese

No final deste Capítulo apresenta-se, sob a forma de quadros e gráficos, uma síntese das análises da ocupação do solo incluídas nos Anexos 1 a 3 do presente volume.

Um estudo comparativo, ao nível das UHP, entre os valores obtidos para a ocupação urbana, turística e industrial existente e a ocupação agrícola, florestal e incultos, permite identificar algumas disparidades entre as áreas obtidas, conforme demonstrado no quadro seguinte.

Comparação da Ocupação do Solo nas UHP

UHP	Ocupação Existente		
	Urbana, Turística e Industrial	Agrícola, Florestal e Incultos	Total
Norte	8,07%	98,49%	106,56%
Centro	9,72%	96,57%	106,29%
Sul	26,26%	81,64%	107,90%
PBH	10,61%	95,58%	106,19%

Verifica-se que o somatório das percentagens das áreas das UHP afectas a cada uma das tipologias de ocupação do solo analisadas não coincide, por excesso, com o total da área do Plano de Bacia (100%). Este facto resulta das diferentes fontes de informação utilizadas na presente caracterização: espaços urbanos, turísticos e industriais provenientes da georeferenciação dos PDM e espaços agrícolas, florestais e incultos provenientes da carta do Corine Land Cover.

De notar, ainda, que os valores reais das áreas de ocupação urbana, turística e industrial na Unidade Homogénea de Planeamento Norte deverão ser um pouco superiores aos apresentados, uma vez que não foi obtida a informação relativa ao concelho de Caldas da Rainha.

De qualquer modo, atendendo a que os valores finais obtidos para a ocupação do solo ao nível do PBH excedem apenas em cerca de 6% a área total da região hidrográfica das Ribeiras do Oeste, pode-se considerar que as análises apresentadas possuem um grau de precisão aceitável no âmbito do presente Plano de Bacia.

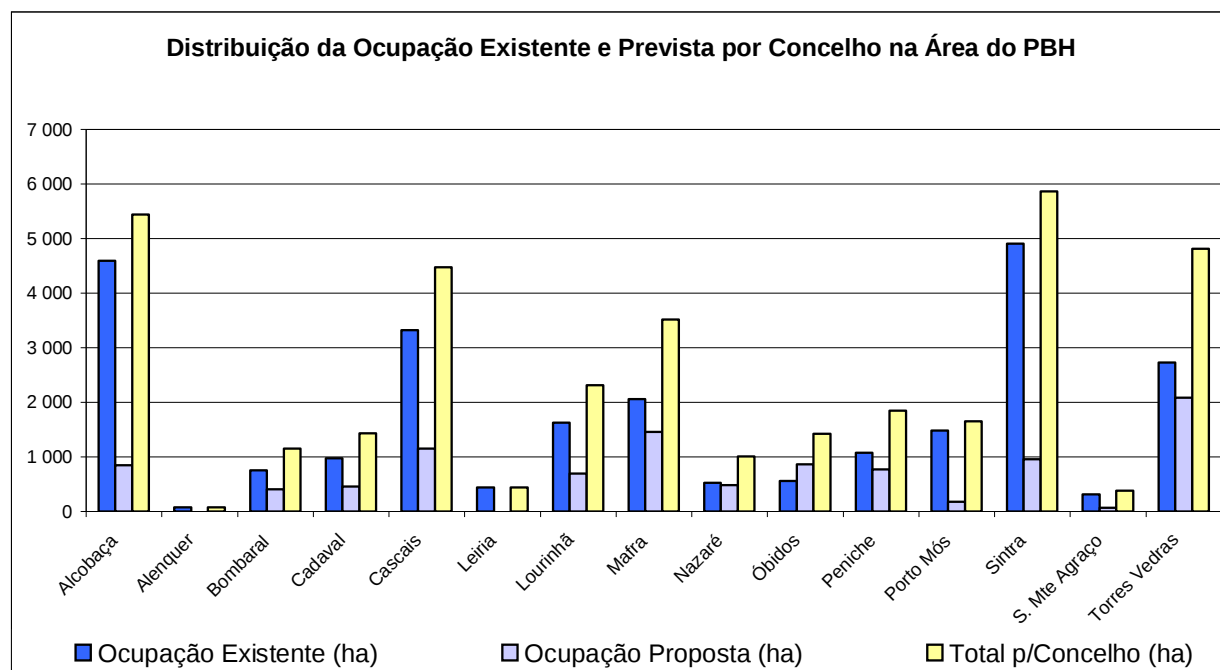
Ocupação Urbana, Turística e Industrial por Concelho na Área do PBH

Síntese

Concelho	Ocupação Existente (ha)							Ocupação Proposta (ha)			Total no Concelho (ha)
	Edificação Dispersa	Urbana	Turística	Industrial	Indústria Extractiva	Equipamento	Parque Urbano	Urbana	Turística	Industrial	
Alcobaça		4 238		184	111	60		706		141	5 440
Alenquer		75									75
Bombarral		574	100	77				372		33	1 156
Cadaval		920		34	22			381	37	37	1 431
Cascais		2 938	18	149		219		1 008	147		4 478
Leiria		279		165							445
Lourinhã	453	865	117	163	25			681		12	2 316
Mafra	444	1 507		86	2	24		1 321		137	3 520
Nazaré		433	11	82				374	77	28	1 005
Óbidos		236	222	12	82	7		694		167	1 420
Peniche		857	46	87		55	31	570	111	88	1 846
Porto Mós		660		9	811			104		71	1 655
Sintra	12	3 163	368	997	173	196		956	2		5 868
S. Mte Agraço	6	303		8				59		5	380
Torres Vedras		2 556		165	6			1 719		368	4 814
Total no PBH	915	19 604	883	2 219	1 231	561	31	8 946	374	1 085	35 850

Total Ocupação Existente na Área do PBH (ha): 25 444 —→ 10,6 % da área total do PBH

Total Ocupação Proposta na Área do PBH (ha): 10 406 —→ 4,3 % da área total do PBH



Fonte: Plantas de Ordenamento dos PDM

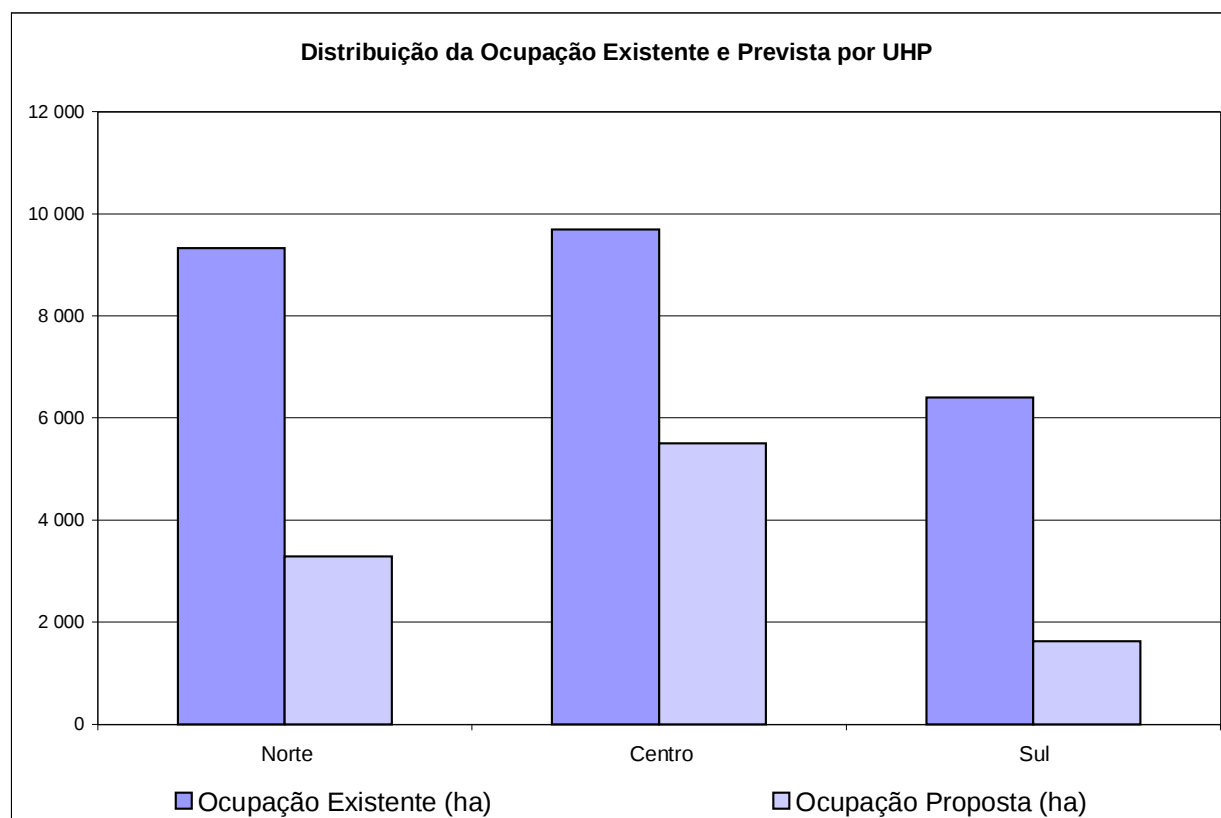
Ocupação Urbana, Turística e Industrial por UHP

Síntese

UHP	Ocupação Existente (ha)							Ocupação Proposta (ha)			Total na UHP (ha)
	Edificação Dispersa	Urbana	Turística	Industrial	Industria Extractiva	Equipamento	Parque Urbano	Urbana	Turística	Industrial	
Norte	76	7 371	306	529	980	67		2 699	114	477	12 619
Centro	835	6 954	190	1 209	251	215	31	4 784	111	609	15 190
Sul	4	5 280	387	452		279		1 470	149		8 020
Total no PBH	915	19 605	882	2 190	1 231	561	31	8 953	374	1 086	35 828

Total Ocupação Existente na Área do PBH (ha): 25 415 —→ 10,6 % da área total do PBH

Total Ocupação Proposta na Área do PBH (ha): 10 413 —→ 4,3 % da área total do PBH



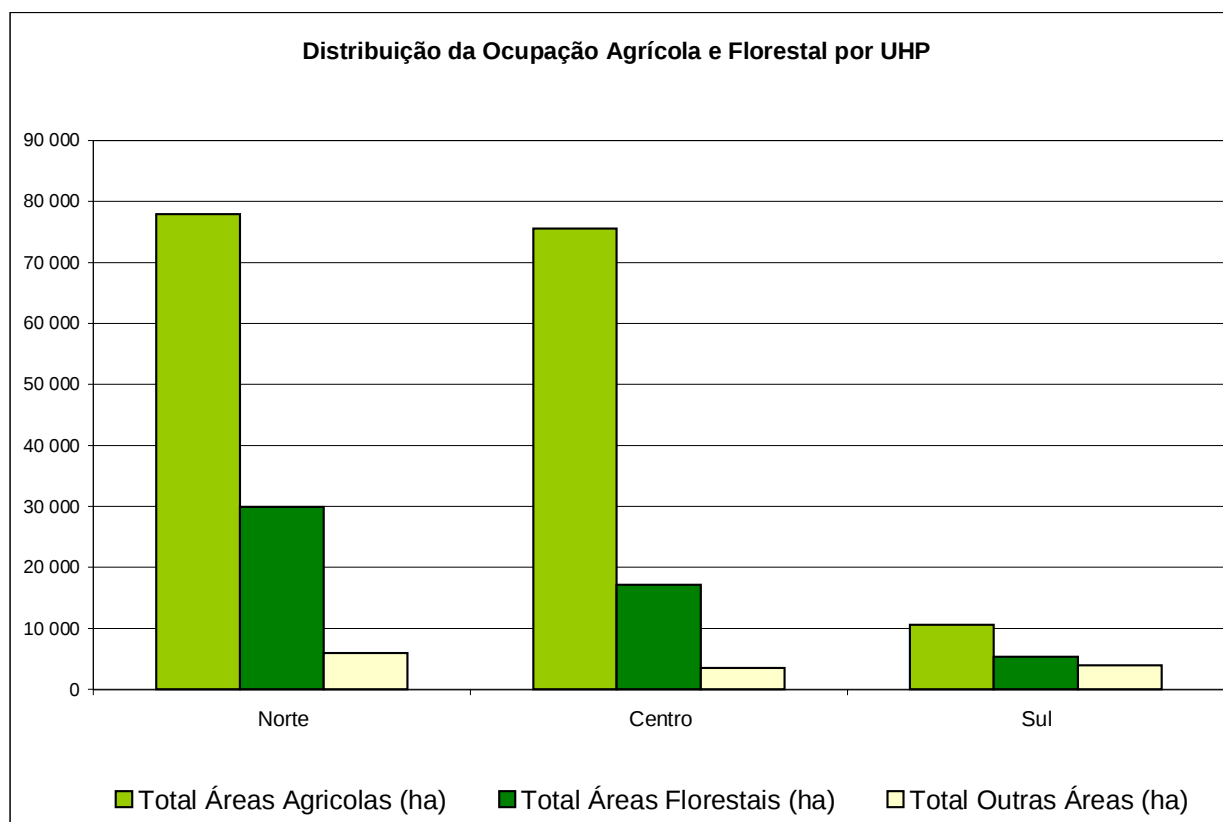
Fonte: Plantas de Ordenamento dos PDM

Ocupação Agrícola, Florestal e Incultos por UHP

Síntese

Concelho	Pastagens Permanentes (ha)	Áreas Agrícolas (ha)	Áreas Florestais (ha)	Áreas Incendiadas Recentemente (ha)	Matos e Incultos (ha)	Outras Áreas Não Artificiais (ha)	Total na UHP (ha)
Norte	661	77 879	29 921	189	3 820	1 334	113 804
Centro	210	75 562	17 147		2 102	1 176	96 197
Sul		10 601	5 391	77	3 724	113	19 905
Total no PBH	872	164 042	52 458	266	9 646	2 622	229 906

Total Ocupação Existente na Área do PBH (ha): 229 906 —→ 96,0 % da área total do PBH



Fonte: Corine Land Cover

Parte 2 - Instrumentos de Gestão Territorial

1 - Introdução

Conforme referido no preâmbulo do Decreto-Lei nº 45/94, de 22 de Fevereiro, que regula o processo de planeamento de recursos hídricos e a elaboração e aprovação dos planos de recursos hídricos, *uma correcta gestão dos recursos hídricos passa por uma adequada política de planeamento, assente numa abordagem integrada territorialmente e numa perspectiva qualitativa e quantitativa do meio.*

Assim, pretende-se nesta área temática analisar, na perspectiva da protecção/valorização dos recursos ou meio hídrico, as propostas de ordenamento do território constantes nos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) existentes, de modo a identificarem-se situações de incompatibilidade ou de conflito com estes objectivos. De facto, e como é referido no Decreto-Lei citado anteriormente, *as acções e medidas definidas nos planos de recursos hídricos devem ser previstas em todos os instrumentos de planeamento que definam ou determinem a ocupação física do solo, designadamente planos regionais e municipais de ordenamento do território.*

A sistematização e identificação das políticas de ordenamento do território preconizadas pelas diversas entidades da Administração Central e Local baseou-se na análise dos vários IGT abrangidos total ou parcialmente pela área do Plano de Bacia das Ribeiras do Oeste, de acordo com o regime de coordenação dos diferentes âmbitos de gestão territorial definido no Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro:

Planos de Âmbito Territorial Nacional:

- Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT):
 - Planos de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas (POA)
 - Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas (POAP);
 - Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC).

Planos de Âmbito Territorial Regional:

- Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT).

Planos de Âmbito Territorial Municipal:

- Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT):
 - Planos Directores Municipais (PDM).

De acordo com o Decreto-Lei referido, a relação entre os IGT abrangidos pelo Plano de Bacia é a seguinte:

- os PROT e os PEOT traduzem um compromisso recíproco de compatibilização das respectivas opções e estabelecem os princípios e regras orientadoras da disciplina a definir por novos planos especiais de ordenamento do território (quando alterem ou contrariem os planos preexistentes, os novos PEOT devem indicar quais as normas que revogam ou alteram);
- os PROT definem o quadro estratégico a desenvolver pelos PMOT;
- os PMOT definem a política municipal de gestão territorial de acordo com as directrizes estabelecidas pelos PROT;
- os PEOT prevalecem sobre os PMOT.

Na Figura A5.P2-01.01 encontram-se assinaladas as áreas afectas aos IGT analisados no âmbito do presente Plano de Bacia.

2 - Planos Especiais de Ordenamento do Território

2.1 - Considerações Gerais

Os Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT) são instrumentos de natureza regulamentar elaborados pela administração central, que vinculam as entidades públicas e ainda, directa e imediatamente, os particulares.

Estes Planos têm em vista a prossecução de objectivos de interesse nacional com repercussão territorial, estabelecendo regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais e assegurando a permanência dos sistemas indispensáveis à utilização sustentável do território.

Na região hidrográfica das Ribeiras do Oeste referenciam-se as seguintes tipologias de PEOT:

- Planos de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas (POA);
- Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas (POAP);
- Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC).

2.2 - Planos de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas

As albufeiras de águas públicas e sua área envolvente (zona de protecção) estão sujeitas a Planos Especiais de Ordenamento do Território, com os quais se pretende salvaguardar a qualidade dos recursos naturais presentes (água, flora, fauna, paisagem, entre outros) através do ordenamento e definição das actividades permitidas, condicionadas e restringidas no plano de água e respectiva zona envolvente.

A elaboração dos Planos de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas (POA) é regulada pelo Decreto-Regulamentar nº 2/88, de 20 de Janeiro, e demais legislação complementar.

O referido Decreto-Regulamentar classifica as albufeiras de águas públicas, de acordo com as características do local em que se inserem e dos usos primários já existentes, em quatro classes: protegidas, condicionadas, de utilização limitada e de utilização livre.

De seguida, indicam-se as principais características das duas albufeiras existentes na área do PBH, ambas classificadas como protegidas, assim como a situação actual dos respectivos POA:

Albufeira da Barragem de S. Domingos:

Localizado no Rio de S. Domingos (concelho de Peniche, UHP Centro), este aproveitamento destina-se a abastecimento municipal, sendo explorado pela Câmara Municipal de Peniche. O Respectivo Plano de Ordenamento encontra-se actualmente em elaboração.

Albufeira da Barragem do Rio da Mula:

Localizada na Ribeira das Vinhas (concelho de Cascais, UHP Sul), esta albufeira destina-se igualmente a abastecimento municipal, sendo explorada pelos Serviços Municipais de Cascais. O seu Plano de Ordenamento ainda não foi iniciado.

2.3 - Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas

Os Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas (POAP) são instrumentos de planeamento vigentes para as áreas classificadas ao abrigo do Decreto-Lei nº 19/93 de 23 de Janeiro, o qual rege a Rede Nacional de Áreas Protegidas. Esta rede inclui áreas protegidas de âmbito nacional (Parque Nacional, Reserva Natural e Parque Natural) e de âmbito regional ou local (Área de Paisagem Protegida).

De acordo com o Decreto-Lei citado, as ocorrências naturais nestas áreas apresentam uma relevância especial que exigem a promoção de uma gestão racional dos recursos naturais, a valorização do património natural e construído e a regulamentação das intervenções artificiais susceptíveis de as degradar.

Refere-se, de seguida, a situação actual dos POAP para as Áreas Protegidas abrangidas pela região hidrográfica das Ribeiras do Oeste:

Parque Natural das Serras de Aires e Candeeiros:

O PBH abrange apenas a zona mais a oeste desta área protegida, encontrando-se integrada na Unidade Homogénea de Planeamento (UHP) Norte. O Plano de Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aires e Candeeiros está aprovado (Portaria nº 21/88, de 12 de Janeiro).

Parque Natural de Sintra-Cascais.

O PBH abrange toda a área do Parque Natural, encontrando-se integrada na UHP Sul. O Plano de Ordenamento desta área está igualmente aprovado (Decreto-Regulamentar nº 8/94, de 11 de Março, alterado pelo Decreto-Regulamentar nº 9/99, de 15 de Junho).

2.4 - Planos de Ordenamento da Orla Costeira

Os Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) são regulados pelo Decreto-Lei nº 309/93, de 2 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 218/94, de 20 de Agosto, e Decreto-Lei nº 113/97, de 10 de Maio. As normas técnicas a observar na sua elaboração estão definidas na Portaria nº 767/96, de 30 de Dezembro.

Os POOC abrangem uma faixa terrestre com 500 metros de largura, contados a partir da linha de limite da margem das águas do mar, e a zona marítima adjacente até ao limite da batimétrica dos 30 metros. Não se encontram abrangidos pelos POOC as áreas sob jurisdição portuária.

Estes Planos têm como objectivo o ordenamento dos diferentes usos e actividades específicas da orla costeira, a classificação das praias e a regulamentação do uso balnear, a valorização e qualificação das praias consideradas estratégicas por motivos ambientais ou turísticos, a orientação do desenvolvimento de actividades específicas da orla costeira e a defesa e conservação da natureza.

A situação actual dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira abrangidos pela área do Plano de Bacia é a seguinte:

POOC Alcobaça - Maфра:

Este Plano, da responsabilidade de execução do Instituto da Água (INAG), abrange a orla costeira integrada nas Unidades Homogéneas de Planeamento Norte e Centro. Apesar de ainda não ter sido aprovado, o POOC encontra-se praticamente concluído. No entanto, a complexidade das questões suscitadas na sua discussão pública, que decorreu de Junho a Agosto de 2000, conduziu a que fosse ultrapassado o prazo legalmente previsto para a aprovação do Plano. De modo a salvaguardar os objectivos prosseguidos pelo POOC, foi aprovada a Resolução do Conselho de Ministros nº 31/2001, de 22 de Março, a qual define medidas preventivas que incidem sobre as acções que maior impacte podem ter na futura protecção de algumas áreas abrangidas pelo Plano.

POOC Sintra - Sado:

Da responsabilidade de execução do Instituto de Conservação da Natureza (ICN), este Plano abrange a orla costeira integrada na UHP Sul (com excepção do troço integrado no POOC Cidadela - S. Julião da Barra). Ainda não se encontra concluído, encontrando-se um pouco mais atrasado do que o POOC Alcobaça - Sintra.

POOC Cidadela - S. Julião da Barra:

Este Plano, da responsabilidade de execução do INAG, abrange o troço da orla costeira integrado no concelho de Cascais. O POOC encontra-se aprovado (Resolução do Conselho de Ministros nº 123/98, de 19 de Outubro).

3 - Planos Regionais de Ordenamento do Território

Os Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT) são instrumentos de natureza regulamentar, elaborados pelas comissões de coordenação regional, que vinculam as entidades públicas.

Os PROT definem a estratégia regional de desenvolvimento territorial, integrando as opções estabelecidas a nível nacional e considerando as estratégias municipais de desenvolvimento

local, constituindo o quadro de referência para a elaboração dos Planos Especiais e Municipais de Ordenamento do Território.

Estes Planos têm como objectivos gerais a concretização de uma política de ordenamento na área por eles abrangida, definindo opções e critérios de organização e uso do espaço, não esquecendo as aptidões e potencialidades dessa área, bem como o estabelecimento de normas de ocupação e utilização que permitam fundamentar um correcto zonamento, utilização e gestão do território, tendo em conta a salvaguarda de valores naturais e culturais.

Na região hidrográfica das Ribeiras do Oeste referenciam-se os seguintes PROT:

PROT da Área Metropolitana de Lisboa (PROTAML):

Determinada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 21/89, de 15 de Maio, a elaboração deste PROT sofreu diversas vicissitudes que atrasaram a sua finalização. Presentemente, este Plano encontra-se concluído, prevendo-se a sua aprovação para breve. Importa salientar que as disposições nele constantes encontram-se já integradas no Plano Estratégico da Região de Lisboa, Vale do Tejo e Oeste. Na área do Plano de Bacia das Ribeiras do Oeste, o PROTAML abrange a totalidade da UHP Sul e parte da UHP Centro.

PROT do Centro Litoral (PROTCL):

A elaboração deste plano foi iniciada na sequência da proposta aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 38/90, de 14 de Setembro. Este plano encontra-se praticamente concluído, tendo já sido submetido a inquérito público e às reformulações decorrentes da nova legislação entretanto publicada. Presentemente, está-se a proceder à actualização das intervenções e investimentos previstos pelo Plano, para posterior aprovação pelas Câmaras Municipais dos concelhos abrangidos, prevendo-se ainda a eventualidade de se realizar um novo inquérito público. O PROTCL abrange apenas o extremo nordeste da área do Plano de Bacia das Ribeiras do Oeste, integrado na UHP Norte.

4 - Planos Municipais de Ordenamento do Território

Os Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) são instrumentos de natureza regulamentar, aprovados pelos municípios, que vinculam as entidades públicas e, directa e imediatamente, os particulares.

No caso concreto do presente Plano de Bacia, verifica-se que os Planos Directores Municipais (PDM) constituem os únicos instrumentos de planeamento que, no seu conjunto, abrangem a globalidade da região hidrográfica das Ribeiras do Oeste, correspondendo igualmente ao nível mais detalhado dos planos analisados. Por este motivo, os PDM constituem os IGT caracterizados com maior detalhe no âmbito do PBH.

A área do Plano de Bacia abrange total ou parcialmente 21 concelhos, conforme referido no Capítulo 1.2 (Abrangência Territorial) da Parte 1 deste Anexo Temático. No âmbito do presente Plano, foram excluídos da caracterização agora apresentada 5 concelhos (Arruda dos Vinhos, Batalha, Loures, Oeiras e Rio Maior) devido à fraca representatividade territorial que possuem na área do Plano de Bacia¹.

No quadro da página seguinte, descreve-se a situação actual, em termos de ratificação, dos Planos Directores Municipais dos 16 concelhos analisados no âmbito do PBH. Constata-se que o concelho de Caldas da Rainha não possui PDM em vigor, pelo que não foi possível considerá-lo na presente análise.

A análise dos 15 PDM efectivamente considerados foi centrada no articulado dos respectivos Regulamentos e complementada com a observação das peças desenhadas que integram os Elementos Fundamentais (Planta de Ordenamento e Planta de Condicionantes), dado ser este o conjunto de documentação que estabelece as regras que vinculam as entidades públicas e os particulares. As disposições relativas a recursos hídricos estabelecidas nos PDM foram sintetizadas num quadro, o qual é apresentado no final deste Capítulo.

¹ Ver Capítulo 2.1 (Espaços Urbanos, Turísticos e Industriais - Considerações Gerais) da Parte 1 do presente Anexo Temático.

Situação dos PDM dos Concelhos Analisados no Âmbito do PBH

Concelho	Ratificação (R.C.M.)	Alterações
Alcobaça	177/97 (97.10.25)	
Alenquer	13/95 (95.02.14)	119/98 (98.10.09)
Bombarral	10/97 (97.01.21)	
Cadaval	170/95 (95.12.13)	
Caldas da Rainha	não ratificado	
Cascais	96/97 (97.06.19)	
Leiria	84/95 (95.09.04)	
Lourinhã	131/99 (99.10.26)	
Mafra	179/95 (95.12.27)	
Nazaré	7/97 (97.01.16)	
Óbidos	187/96 (96.11.28)	
Peniche	139/95 (95.11.16)	8/01 (01.01.26)
Porto de Mós	81/94 (94.09.14)	
Sintra	116/99 (99.10.04)	
Sobral de Mte Agraço	134/96 (96.08.27)	
Torres Vedras	159/95 (95.11.30)	

Uma das principais conclusões que importa reter é que a protecção, em termos genéricos, dos recursos hídricos é salvaguardada, com maior ou menor detalhe, nos PDM analisados correspondendo, essencialmente, à aplicação das servidões e restrições de utilidade pública constantes na legislação em vigor: Domínio Público Hídrico (DPH), Reserva Ecológica Nacional (REN), protecção a captações de água, etc..

No entanto, a questão concreta da definição das utilizações principais, usos compatíveis/incompatíveis e outras restrições visando a protecção/valorização qualitativa e quantitativa deste recurso não é suficientemente abordada na generalidade dos PDM de modo a atingirem-se estes objectivos.

Outro aspecto que nem sempre está acautelado nas Plantas de Condicionantes dos Planos é a delimitação completa das áreas abrangidas pelo Domínio Público Hídrico. De facto, apesar de fazerem referência a esta servidão no articulado dos Regulamentos dos PDM, é frequente aparecerem cartografados apenas os leitos e margens dos cursos de água, sendo raros os PDM que delimitam zonas inundáveis ou que fazem referência às “Zonas Adjacentes” (cuja

delimitação está prevista no Decreto-Lei nº 468/71, de 5 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 89/87, de 26 de Fevereiro).

Por outro lado, importa referir que a escala de trabalho dos PDM (1:25.000) não será a mais indicada para a identificação do DPH, nomeadamente devido à diminuta expressão que as margens e respectivas faixas de protecção às linhas de água adquirem nessa escala. Com efeito, é convicção que o DPH deverá ser inscrito nas cadernetas do registo predial, sendo desejável que a reforma do cadastro actualmente em curso possa contribuir para a identificação sistemática do Domínio Público Hídrico. De igual modo, não está consagrado no âmbito destes Planos a realização de estudos hidrológicos que permitam identificar, com rigor, as zonas ameaçadas pelas cheias.

Relativamente à Reserva Ecológica Nacional delimitada nos concelhos analisados¹, verifica-se que existem discrepâncias/descontinuidades entre concelhos, quer no respeitante às manchas da REN assinaladas, quer relativamente aos critérios de delimitação adoptados. Este facto prende-se, em parte, com algumas indefinições da própria legislação que institui a Reserva Ecológica Nacional, a qual permite diferentes interpretações de alguns dos conceitos nela definidos, levando a que não exista uniformidade nos critérios de delimitação das áreas afectas a esta servidão.

Por fim, importa salientar uma disposição, de certo modo “aberrante”, detectada no articulado do PDM de Alenquer. Atendendo a que parte do tecido urbano e industrial do concelho se implanta em áreas sujeitas a inundações periódicas, o Plano permite que, nestas áreas, possam ter lugar novas construções ou reconstruções de edificações existentes, desde que a cota de soleira do 1º piso habitado seja superior à cota atingida pela maior cheia conhecida para o lugar em causa. Embora esta disposição não tenha implicações negativas directas do ponto de vista exclusivo da protecção dos recursos hídricos, é importante salientar que põe em risco a segurança dos bens materiais (e, eventualmente, de pessoas) que se encontram abaixo da cota de cheia, podendo implicar graves prejuízos económicos no futuro.

¹ Atendendo a que não foi disponibilizada cartografia da REN em formato digital, esta análise foi realizada apenas por observação das cópias das plantas fornecidas (as quais, por vezes, possuem uma leitura muito deficiente).

Considera-se, portanto, que se trata de uma situação incorrecta do ponto de vista do ordenamento do território que, por se encontrar “legalizada” através do PDM, responsabiliza directamente a autarquia (e também a Administração Central, uma vez que aprovou este Plano) pelos riscos/prejuízos daí resultantes.

Síntese das Disposições Relativas a Recursos Hídricos Estabelecidas nos PDM

Concelho	Protecção							Outros
	DPH	REN	Albufeiras	Nascentes / Furos / Captações	Outros Espaços	Controlo Poluição / Trat. Águas Residuais	Infra-estruturas Abast. de Água	
Alcobaça	●	●		●	Regadios Termas Lagoas Interdição de efluentes nas linhas de água	●	●	Plano de Recuperação e Ordenamento da Lagoa de Óbidos, Concha de São Martinho do Porto e Orla Litoral Intermédia Projecto de Despoluição da Bacia Hidrográfica de Alcoa Valorização das frentes ribeirinhas dos rios Alcoa e Beça
Alenquer	●	●		●	Regadios	●	●	Edificações (novas e reconstruções) nas áreas inundáveis: a cota de soleira do 1º piso habitado terá de ser superior à cota atingida pela maior cheia conhecida para o lugar em causa
Bombarral	●	●		●		●	●	
Cadaval	●	●	●	●	Florestação das linhas de água	●	●	
Cascais	●	●		●	Águas minerais	●	●	
Leiria	●	●		●	Regadios Integra no regime florestal os leitos, taludes dos cursos de água e barrancos causados pela erosão em diversos cursos de água Interdição de efluentes nas linhas de água	●	●	
Lourinhã	●	●		●	Regadios Condiçionamentos a algumas ocupações em solos de grande permeabilidade, para protecção dos aquíferos	●	●	
Maíra	●	●		●		●	●	
Nazaré	●	●		●	Regadios	●	●	
Óbidos	●	●	●	●	Regadios	●	●	Plano de Recuperação e Ordenamento da Lagoa de Óbidos, Concha de São Martinho do Porto e Orla Litoral Intermédia
Peniche	●	●	●	●		●	●	Limite de protecção contra a máxima cheia resultante da eventual rotura da barragem de S. Domingos
Porto de Mós	●	●		●				
Sintra	●	●			Seleção de linhas de água que constituem elementos naturais patrimoniais		●	
Sobral Mte Agraço	●	●			Regadios Mata de protecção às linhas de água	●	●	
Torres Vedras	●	●			Águas minerais Faixa de protecção (floresta) dos cursos de água		●	Projecto de regularização fluvial do rio Sizandro

ANEXO 1

Espaços Urbanos, Turísticos e Industriais por Concelho



GIBB Portugal
LAWGIBB Group Member

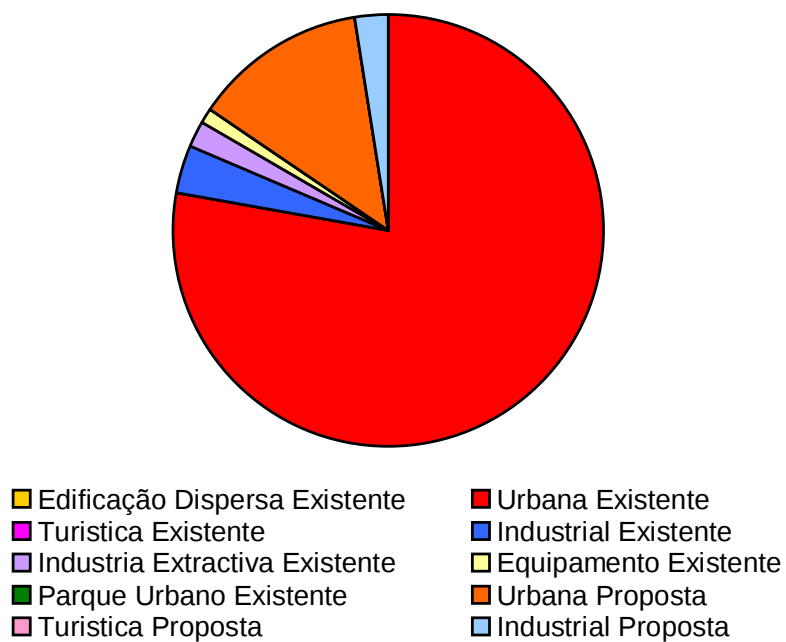


Espaços Urbanos, Turísticos e Industriais

CONCELHO: **Alcobaça**

Área do Concelho no PBH	Área (ha)	Distribuição no Concelho
Ocupação:		
Edificação Dispersa Existente	0,00	0,00%
Urbana Existente	4 238,11	11,82%
Turística Existente	0,00	0,00%
Industrial Existente	183,94	0,51%
Industria Extractiva Existente	110,57	0,31%
Equipamento Existente	59,99	0,17%
Parque Urbano Existente	0,00	0,00%
Urbana Proposta	706,40	1,97%
Turística Proposta	0,00	0,00%
Industrial Proposta	140,62	0,39%
Total Ocupação Existente	4 592,61	12,81%
Total Ocupação Proposta	847,02	2,36%
Outras Ocupações	30 425,37	84,83%

Distribuição das Ocupações Urbanas, Turísticas e Industriais



Fonte: Planta de Ordenamento do PDM

Espaços Urbanos, Turísticos e Industriais

CONCELHO: **Alenquer**

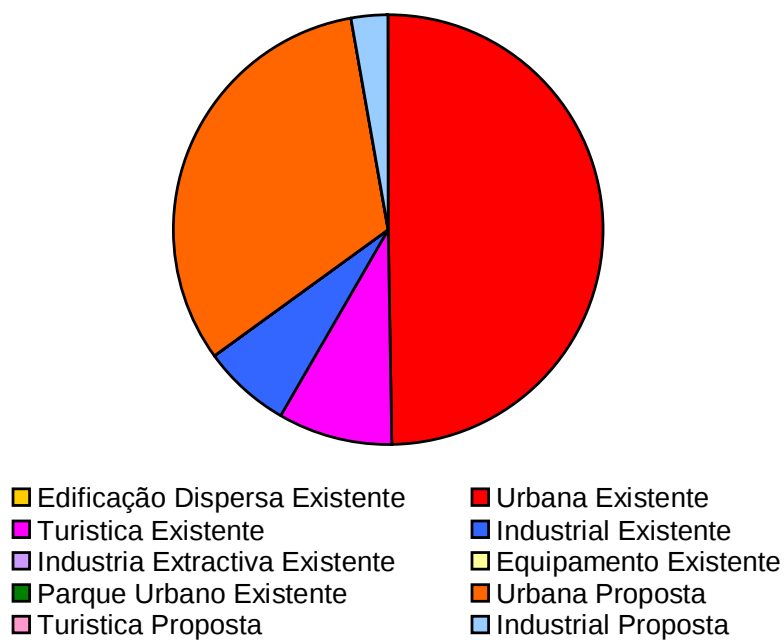
	Área (ha)	Distribuição
Área do Concelho no PBH	1 580,00	no Concelho
Ocupação:		
Edificação Dispersa Existente	0,00	0,00%
Urbana Existente	75,49	4,78%
Turística Existente	0,00	0,00%
Industrial Existente	0,00	0,00%
Industria Extractiva Existente	0,00	0,00%
Equipamento Existente	0,00	0,00%
Parque Urbano Existente	0,00	0,00%
Urbana Proposta	0,010	0,0006%
Turística Proposta	0,00	0,00%
Industrial Proposta	0,00	0,00%
Total Ocupação Existente	75,49	4,78%
Total Ocupação Proposta	0,01	0,00%
Outras Ocupações	1 504,50	95,22%

Espaços Urbanos, Turísticos e Industriais

CONCELHO: **Bombarral**

Área do Concelho no PBH	Área (ha)	Distribuição no Concelho
Ocupação:		
Edificação Dispersa Existente	0,00	0,00%
Urbana Existente	573,82	6,36%
Turística Existente	99,71	1,11%
Industrial Existente	77,38	0,86%
Industria Extractiva Existente	0,00	0,00%
Equipamento Existente	0,00	0,00%
Parque Urbano Existente	0,00	0,00%
Urbana Proposta	372,29	4,13%
Turística Proposta	0,00	0,00%
Industrial Proposta	33,25	0,37%
Total Ocupação Existente	750,91	8,32%
Total Ocupação Proposta	405,54	4,50%
Outras Ocupações	7 865,55	87,18%

Distribuição das Ocupações Urbanas, Turísticas e Industriais

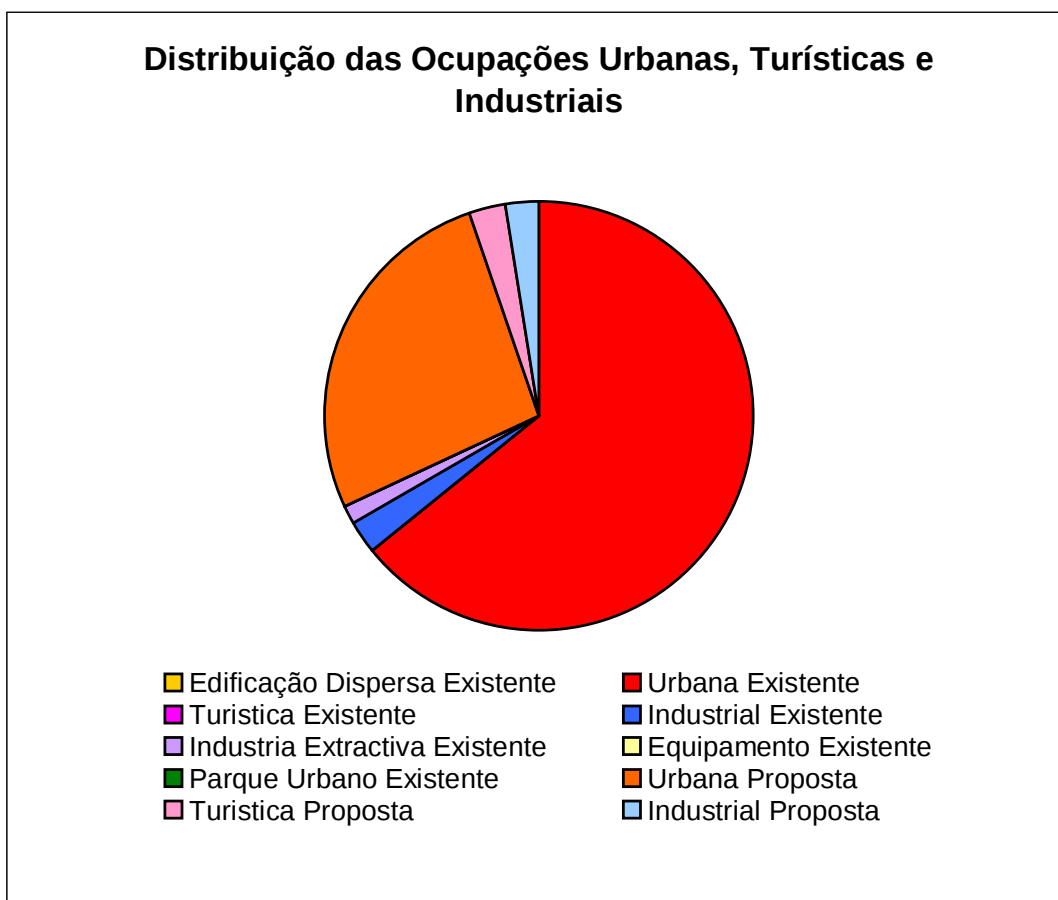


Fonte: Planta de Ordenamento do PDM

Espaços Urbanos, Turísticos e Industriais

CONCELHO: **Cadaval**

Área do Concelho no PBH	Área (ha)	Distribuição no Concelho
	14 933,00	
Ocupação:		
Edificação Dispersa Existente	0,00	0,00%
Urbana Existente	920,44	6,16%
Turística Existente	0,00	0,00%
Industrial Existente	34,00	0,23%
Indústria Extractiva Existente	21,53	0,14%
Equipamento Existente	0,00	0,00%
Parque Urbano Existente	0,00	0,00%
Urbana Proposta	381,42	2,55%
Turística Proposta	37,42	0,25%
Industrial Proposta	36,63	0,25%
Total Ocupação Existente	975,97	6,54%
Total Ocupação Proposta	455,47	3,05%
Outras Ocupações	13 501,56	90,41%



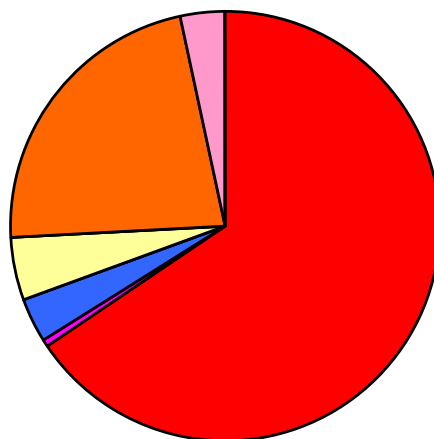
Fonte: Planta de Ordenamento do PDM

Espaços Urbanos, Turísticos e Industriais

CONCELHO: **Cascais**

Área do Concelho no PBH	Área (ha)	Distribuição no Concelho
Ocupação:		
Edificação Dispersa Existente	0,00	0,00%
Urbana Existente	2 938,14	32,40%
Turística Existente	18,22	0,20%
Industrial Existente	148,88	1,64%
Industria Extractiva Existente	0,00	0,00%
Equipamento Existente	218,57	2,41%
Parque Urbano Existente	0,00	0,00%
Urbana Proposta	1 008,03	11,12%
Turística Proposta	146,50	1,62%
Industrial Proposta	0,00	0,00%
Total Ocupação Existente	3 323,81	36,66%
Total Ocupação Proposta	1 154,53	12,73%
Outras Ocupações	4 588,66	50,61%

Distribuição das Ocupações Urbanas, Turísticas e Industriais



Edificação Dispersa Existente	Urbana Existente
Turística Existente	Industrial Existente
Industria Extractiva Existente	Equipamento Existente
Parque Urbano Existente	Urbana Proposta
Turística Proposta	Industrial Proposta

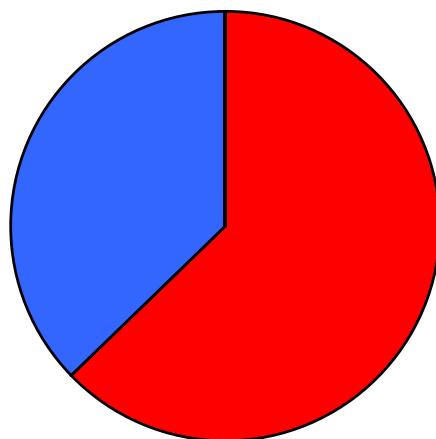
Fonte: Planta de Ordenamento do PDM

Espaços Urbanos, Turísticos e Industriais

CONCELHO: **Leiria**

Área do Concelho no PBH	Área (ha)	Distribuição no Concelho
	1 661,00	
Ocupação:		
Edificação Dispersa Existente	0,00	0,00%
Urbana Existente	279,43	16,82%
Turística Existente	0,00	0,00%
Industrial Existente	165,19	9,95%
Industria Extractiva Existente	0,00	0,00%
Equipamento Existente	0,00	0,00%
Parque Urbano Existente	0,00	0,00%
Urbana Proposta	0,00	0,00%
Turística Proposta	0,00	0,00%
Industrial Proposta	0,00	0,00%
Total Ocupação Existente	444,62	26,77%
Total Ocupação Proposta	0,00	0,00%
Outras Ocupações	1 216,38	73,23%

Distribuição das Ocupações Urbanas, Turísticas e Industriais



Edificação Dispersa Existente	Urbana Existente
Turística Existente	Industrial Existente
Industria Extractiva Existente	Equipamento Existente
Parque Urbano Existente	Urbana Proposta
Turística Proposta	Industrial Proposta

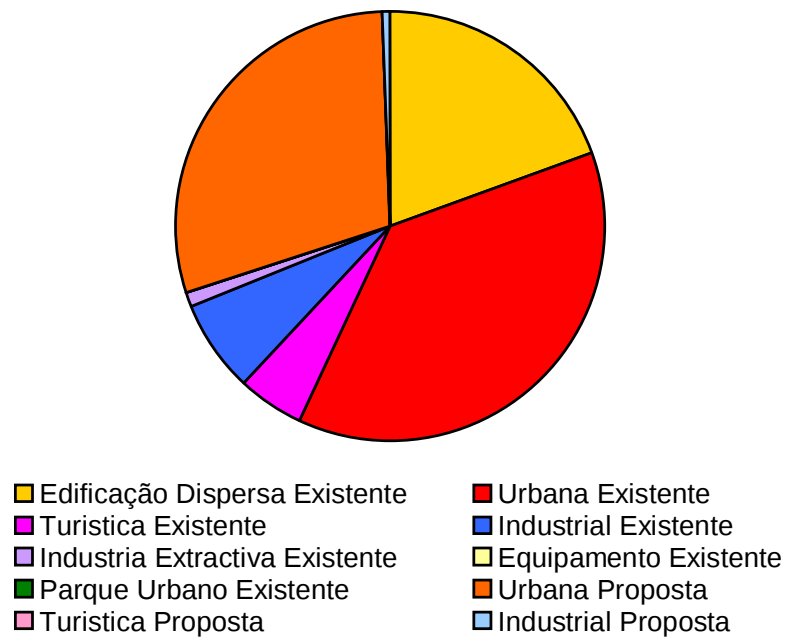
Fonte: Planta de Ordenamento do PDM

Espaços Urbanos, Turísticos e Industriais

CONCELHO: **Lourinhã**

Área do Concelho no PBH	Área (ha)	Distribuição no Concelho
	14 731,00	
Ocupação:		
Edificação Dispersa Existente	452,97	3,07%
Urbana Existente	865,04	5,87%
Turística Existente	117,31	0,80%
Industrial Existente	163,37	1,11%
Industria Extractiva Existente	24,76	0,17%
Equipamento Existente	0,00	0,00%
Parque Urbano Existente	0,00	0,00%
Urbana Proposta	681,03	4,62%
Turística Proposta	0,00	0,00%
Industrial Proposta	11,86	0,08%
Total Ocupação Existente	1 623,45	11,02%
Total Ocupação Proposta	692,89	4,70%
Outras Ocupações	12 414,66	84,28%

Distribuição das Ocupações Urbanas, Turísticas e Industriais



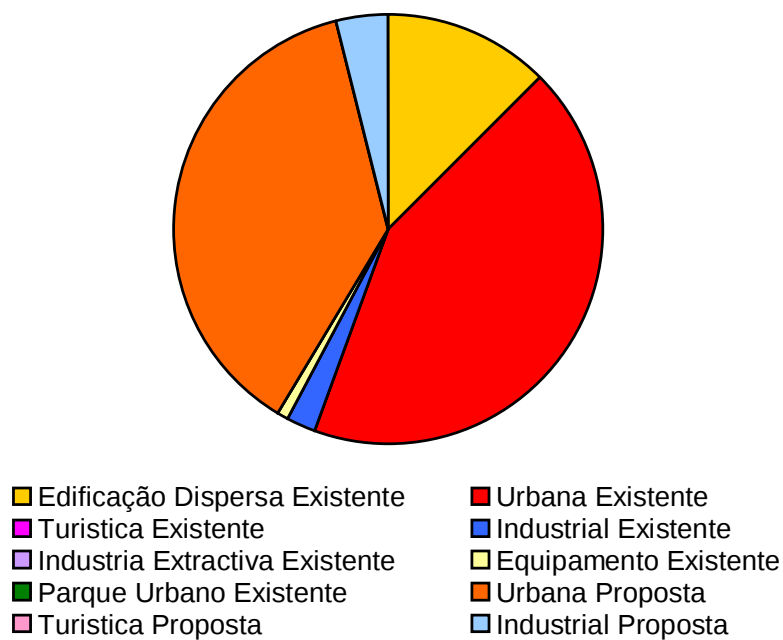
Fonte: Planta de Ordenamento do PDM

Espaços Urbanos, Turísticos e Industriais

CONCELHO: **Mafra**

	Área (ha)	Distribuição
Área do Concelho no PBH	24 496,00	no Concelho
Ocupação:		
Edificação Dispersa Existente	444,08	1,81%
Urbana Existente	1 506,72	6,15%
Turística Existente	0,00	0,00%
Industrial Existente	85,66	0,35%
Industria Extractiva Existente	2,00	0,01%
Equipamento Existente	24,10	0,10%
Parque Urbano Existente	0,00	0,00%
Urbana Proposta	1 320,61	5,39%
Turística Proposta	0,00	0,00%
Industrial Proposta	136,76	0,56%
Total Ocupação Existente	2 062,56	8,42%
Total Ocupação Proposta	1 457,37	5,95%
Outras Ocupações	20 976,07	85,63%

Distribuição das Ocupações Urbanas, Turísticas e Industriais



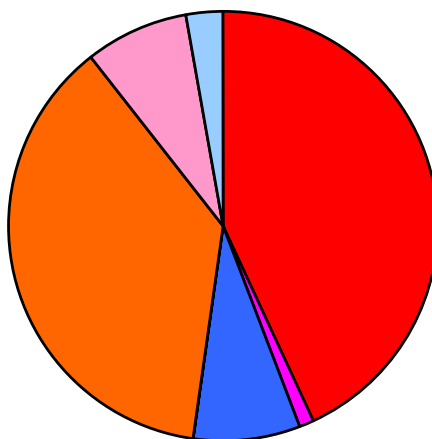
Fonte: Planta de Ordenamento do PDM

Espaços Urbanos, Turísticos e Industriais

CONCELHO: **Nazaré**

Área do Concelho no PBH	Área (ha)	Distribuição no Concelho
Ocupação:		
Edificação Dispersa Existente	0,00	0,00%
Urbana Existente	432,66	5,24%
Turística Existente	11,19	0,14%
Industrial Existente	82,29	1,00%
Industria Extractiva Existente	0,00	0,00%
Equipamento Existente	0,00	0,00%
Parque Urbano Existente	0,00	0,00%
Urbana Proposta	374,43	4,54%
Turística Proposta	76,76	0,93%
Industrial Proposta	28,03	0,34%
Total Ocupação Existente	526,14	6,38%
Total Ocupação Proposta	479,22	5,81%
Outras Ocupações	7 243,64	87,81%

Distribuição das Ocupações Urbanas, Turísticas e Industriais



Edificação Dispersa Existente	Urbana Existente
Turística Existente	Industrial Existente
Industria Extractiva Existente	Equipamento Existente
Parque Urbano Existente	Urbana Proposta
Turística Proposta	Industrial Proposta

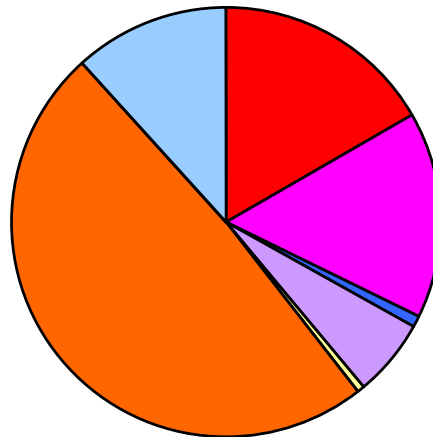
Fonte: Planta de Ordenamento do PDM

Espaços Urbanos, Turísticos e Industriais

CONCELHO: Óbidos

Área do Concelho no PBH	Área (ha)	Distribuição no Concelho
	14 258,00	
Ocupação:		
Edificação Dispersa Existente	0,00	0,00%
Urbana Existente	236,46	1,66%
Turística Existente	221,70	1,55%
Industrial Existente	11,94	0,08%
Industria Extractiva Existente	82,17	0,58%
Equipamento Existente	7,08	0,05%
Parque Urbano Existente	0,00	0,00%
Urbana Proposta	693,94	4,87%
Turística Proposta	0,00	0,00%
Industrial Proposta	167,11	1,17%
Total Ocupação Existente	559,35	3,92%
Total Ocupação Proposta	861,05	6,04%
Outras Ocupações	12 837,60	90,04%

Distribuição das Ocupações Urbanas, Turísticas e Industriais



Edificação Dispersa Existente	Urbana Existente
Turística Existente	Industrial Existente
Industria Extractiva Existente	Equipamento Existente
Parque Urbano Existente	Urbana Proposta
Turística Proposta	Industrial Proposta

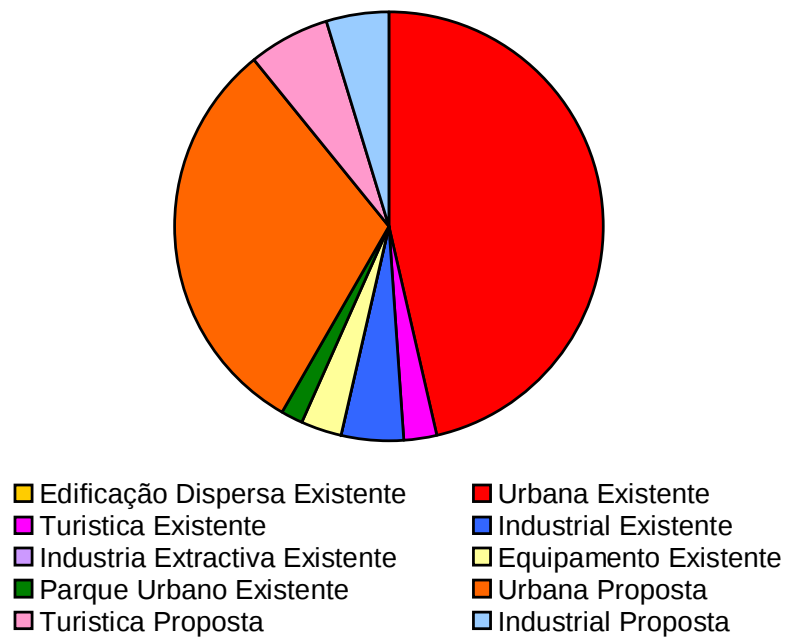
Fonte: Planta de Ordenamento do PDM

Espaços Urbanos, Turísticos e Industriais

CONCELHO: **Peniche**

Área do Concelho no PBH	Área (ha)	Distribuição no Concelho
	7 653,00	
Ocupação:		
Edificação Dispersa Existente	0,00	0,00%
Urbana Existente	856,74	11,19%
Turística Existente	46,29	0,60%
Industrial Existente	87,32	1,14%
Industria Extractiva Existente	0,00	0,00%
Equipamento Existente	55,07	0,72%
Parque Urbano Existente	31,47	0,41%
Urbana Proposta	570,10	7,45%
Turística Proposta	111,28	1,45%
Industrial Proposta	87,76	1,15%
Total Ocupação Existente	1 076,89	14,07%
Total Ocupação Proposta	769,14	10,05%
Outras Ocupações	5 806,97	75,88%

Distribuição das Ocupações Urbanas, Turísticas e Industriais



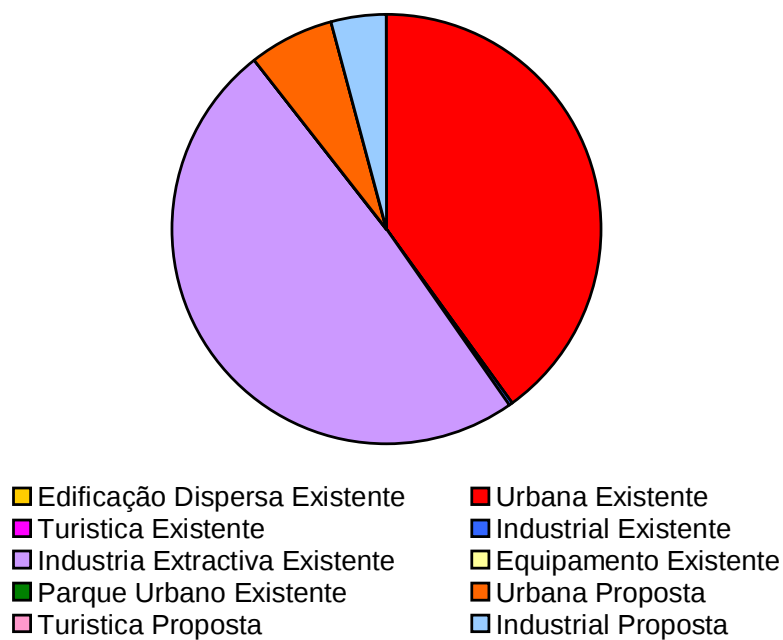
Fonte: Planta de Ordenamento do PDM

Espaços Urbanos, Turísticos e Industriais

CONCELHO: **Porto de Mós**

Área do Concelho no PBH	Área (ha)	Distribuição no Concelho
Ocupação:		
Edificação Dispersa Existente	0,00	0,00%
Urbana Existente	659,78	10,70%
Turística Existente	0,00	0,00%
Industrial Existente	9,03	0,15%
Industria Extractiva Existente	811,49	13,16%
Equipamento Existente	0,00	0,00%
Parque Urbano Existente	0,00	0,00%
Urbana Proposta	104,20	1,69%
Turística Proposta	0,00	0,00%
Industrial Proposta	70,61	1,15%
Total Ocupação Existente	1 480,30	24,02%
Total Ocupação Proposta	174,81	2,84%
Outras Ocupações	4 508,89	73,15%

Distribuição das Ocupações Urbanas, Turísticas e Industriais



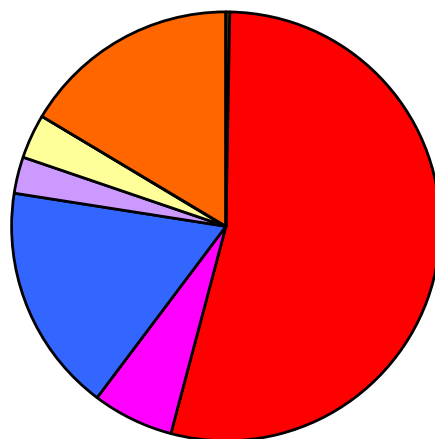
Fonte: Planta de Ordenamento do PDM

Espaços Urbanos, Turísticos e Industriais

CONCELHO: **Sintra**

Área do Concelho no PBH	Área (ha)	Distribuição no Concelho
	23 391,00	
Ocupação:		
Edificação Dispersa Existente	11,54	0,05%
Urbana Existente	3162,52	13,52%
Turística Existente	368,42	1,58%
Industrial Existente	997,28	4,26%
Industria Extractiva Existente	173,07	0,74%
Equipamento Existente	196,43	0,84%
Parque Urbano Existente	0,00	0,00%
Urbana Proposta	955,85	4,09%
Turística Proposta	2,39	0,01%
Industrial Proposta	0,00	0,00%
Total Ocupação Existente	4 909,26	20,99%
Total Ocupação Proposta	958,24	4,10%
Outras Ocupações	17 523,50	74,92%

Distribuição das Ocupações Urbanas, Turísticas e Industriais



Edificação Dispersa Existente	Urbana Existente
Turística Existente	Industrial Existente
Industria Extractiva Existente	Equipamento Existente
Parque Urbano Existente	Urbana Proposta
Turística Proposta	Industrial Proposta

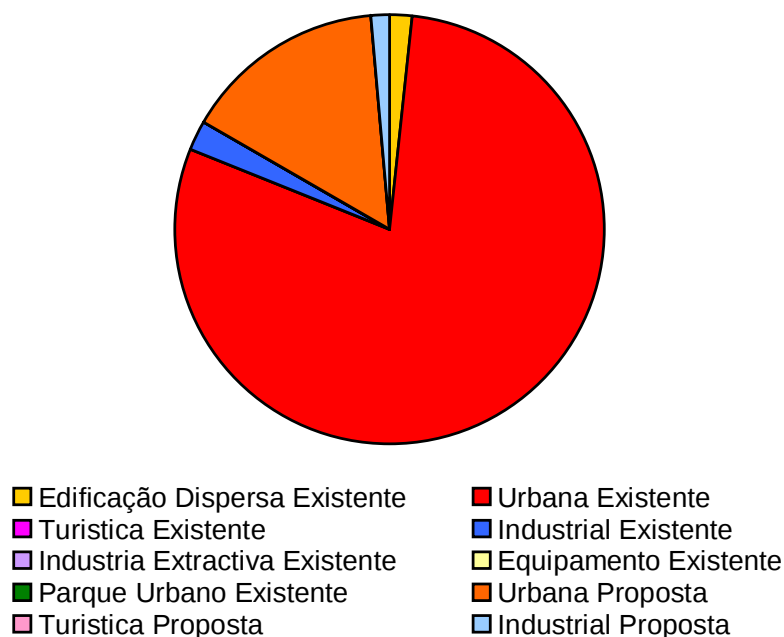
Fonte: Planta de Ordenamento do PDM

Espaços Urbanos, Turísticos e Industriais

CONCELHO: **Sobral de Monte Agraço**

Área do Concelho no PBH	Área (ha)	Distribuição no Concelho
	2 549,00	
Ocupação:		
Edificação Dispersa Existente	6,06	0,24%
Urbana Existente	302,64	11,87%
Turística Existente	0,00	0,00%
Industrial Existente	7,54	0,30%
Industria Extractiva Existente	0,00	0,00%
Equipamento Existente	0,00	0,00%
Parque Urbano Existente	0,00	0,00%
Urbana Proposta	59,07	2,32%
Turística Proposta	0,00	0,00%
Industrial Proposta	4,78	0,19%
Total Ocupação Existente	316,24	12,41%
Total Ocupação Proposta	63,85	2,50%
Outras Ocupações	2 168,91	85,09%

Distribuição das Ocupações Urbanas, Turísticas e Industriais



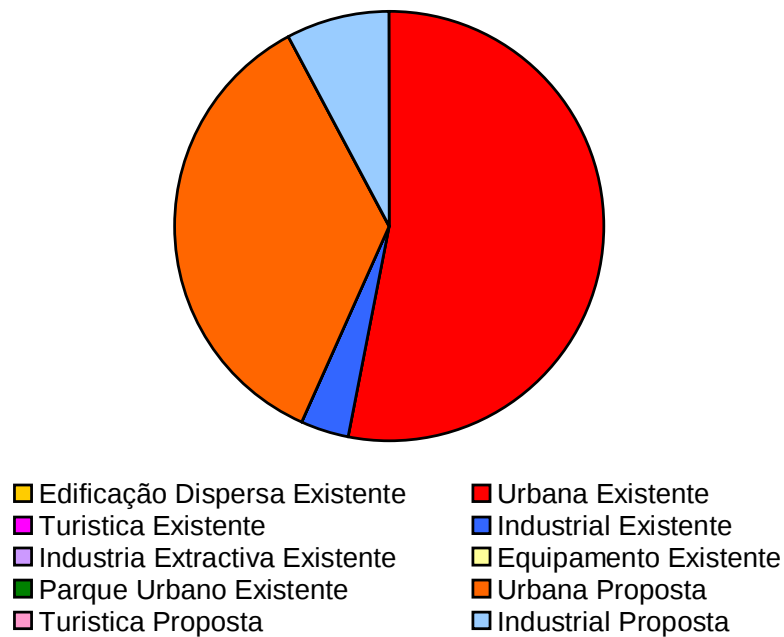
Fonte: Planta de Ordenamento do PDM

Espaços Urbanos, Turísticos e Industriais

CONCELHO: **Torres Vedras**

Área do Concelho no PBH	Área (ha)	Distribuição no Concelho
Ocupação:		
Edificação Dispersa Existente	0,00	0,00%
Urbana Existente	2 556,42	6,29%
Turística Existente	0,00	0,00%
Industrial Existente	164,86	0,41%
Industria Extractiva Existente	5,54	0,01%
Equipamento Existente	0,00	0,00%
Parque Urbano Existente	0,00	0,00%
Urbana Proposta	1 718,81	4,23%
Turística Proposta	0,00	0,00%
Industrial Proposta	368,08	0,91%
Total Ocupação Existente	2 726,82	6,71%
Total Ocupação Proposta	2 086,89	5,14%
Outras Ocupações	35 823,29	88,15%

Distribuição das Ocupações Urbanas, Turísticas e Industriais



Fonte: Planta de Ordenamento do PDM

ANEXO 2

Espaços Urbanos, Turísticos e Industriais por UHP



GIBB Portugal
LAWGIBB Group Member

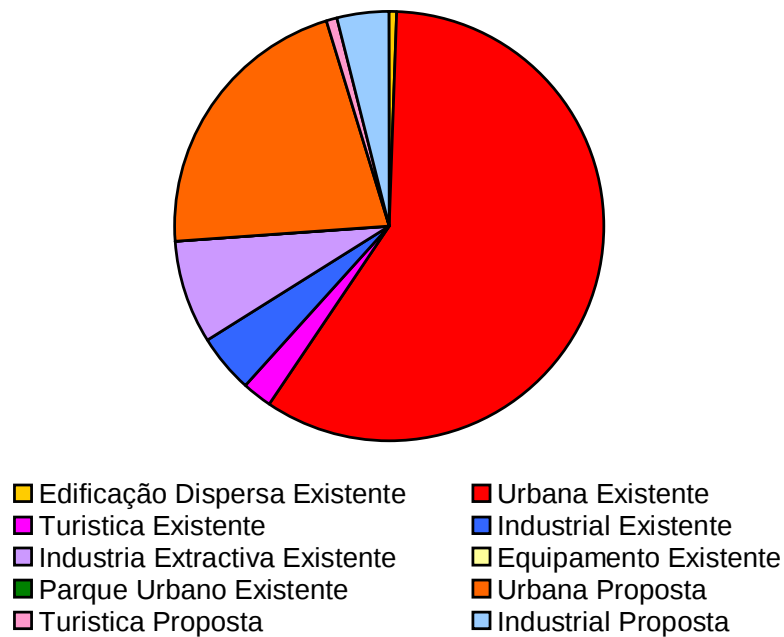


Espaços Urbanos, Turísticos e Industriais

UHP: Norte

Área da UHP	Área (ha)	Distribuição na UHP
	115 545,42	
Ocupação:		
Edificação Dispersa Existente	76,43	0,07%
Urbana Existente	7 370,70	6,38%
Turística Existente	306,58	0,27%
Industrial Existente	528,83	0,46%
Industria Extractiva Existente	980,23	0,85%
Equipamento Existente	67,07	
Parque Urbano Existente		
Urbana Proposta	2 699,05	2,34%
Turística Proposta	114,24	0,10%
Industrial Proposta	476,64	0,41%
Total Ocupação Existente	9 329,85	8,07%
Total Ocupação Proposta	3 289,93	2,85%
Outras Ocupações	102 925,64	89,08%

Distribuição das Ocupações Urbanas, Turísticas e Industriais



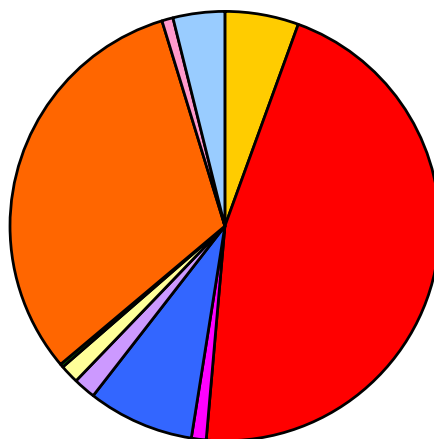
Fonte: Plantas de Ordenamento dos PDM

Espaços Urbanos, Turísticos e Industriais

UHP: **Centro**

Área da UHP	Área (ha)	Distribuição na UHP
Ocupação:		
Edificação Dispersa Existente	834,52	0,84%
Urbana Existente	6 954,31	6,98%
Turística Existente	189,62	0,19%
Industrial Existente	1 208,94	1,21%
Industria Extractiva Existente	250,92	0,25%
Equipamento Existente	215,49	0,22%
Parque Urbano Existente	31,47	0,03%
Urbana Proposta	4 783,81	4,80%
Turística Proposta	111,28	0,11%
Industrial Proposta	609,23	0,61%
Total Ocupação Existente	9 685,26	9,72%
Total Ocupação Proposta	5 504,32	5,53%
Outras Ocupações	84 426,32	84,75%

Distribuição das Ocupações Urbanas, Turísticas e Industriais



Edificação Dispersa Existente	Urbana Existente
Turística Existente	Industrial Existente
Industria Extractiva Existente	Equipamento Existente
Parque Urbano Existente	Urbana Proposta
Turística Proposta	Industrial Proposta

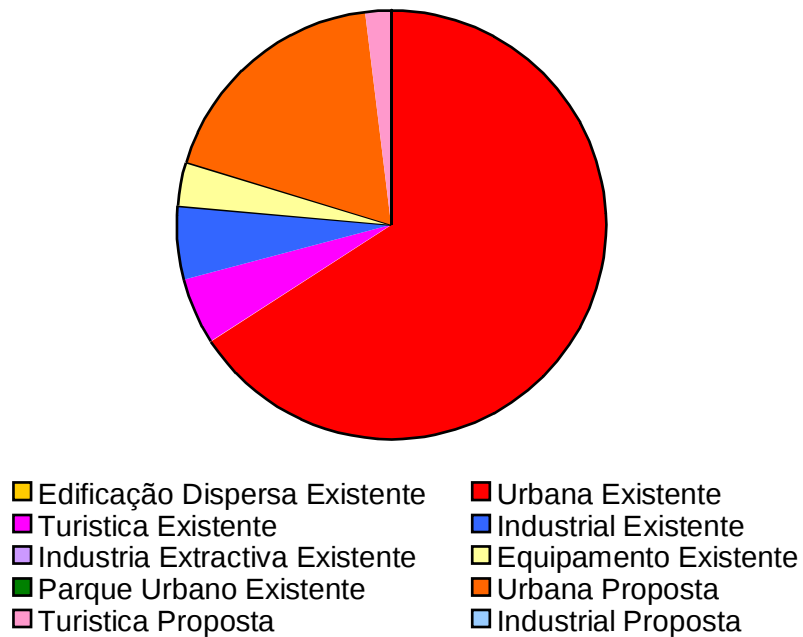
Fonte: Plantas de Ordenamento dos PDM

Espaços Urbanos, Turísticos e Industriais

UHP: Sul

Área da UHP	Área (ha)	Distribuição na UHP
Ocupação:		
Edificação Dispersa Existente	3,70	0,02%
Urbana Existente	5 280,07	21,66%
Turística Existente	386,64	1,59%
Industrial Existente	451,81	1,85%
Industria Extractiva Existente		
Equipamento Existente	278,68	1,14%
Parque Urbano Existente		
Urbana Proposta	1 469,88	6,03%
Turística Proposta	148,88	0,61%
Industrial Proposta		
Total Ocupação Existente	6 400,90	26,26%
Total Ocupação Proposta	1 618,76	6,64%
Outras Ocupações	16 360,04	67,11%

Distribuição das Ocupações Urbanas, Turísticas e Industriais



Fonte: Plantas de Ordenamento dos PDM

ANEXO 3

Espaços Agrícolas, Florestais e Incultos por UHP



GIBB Portugal
LAWGIBB Group Member



PROCESL
ENGENHARIA HIDRÁULICA E AMBIENTAL, LDA.

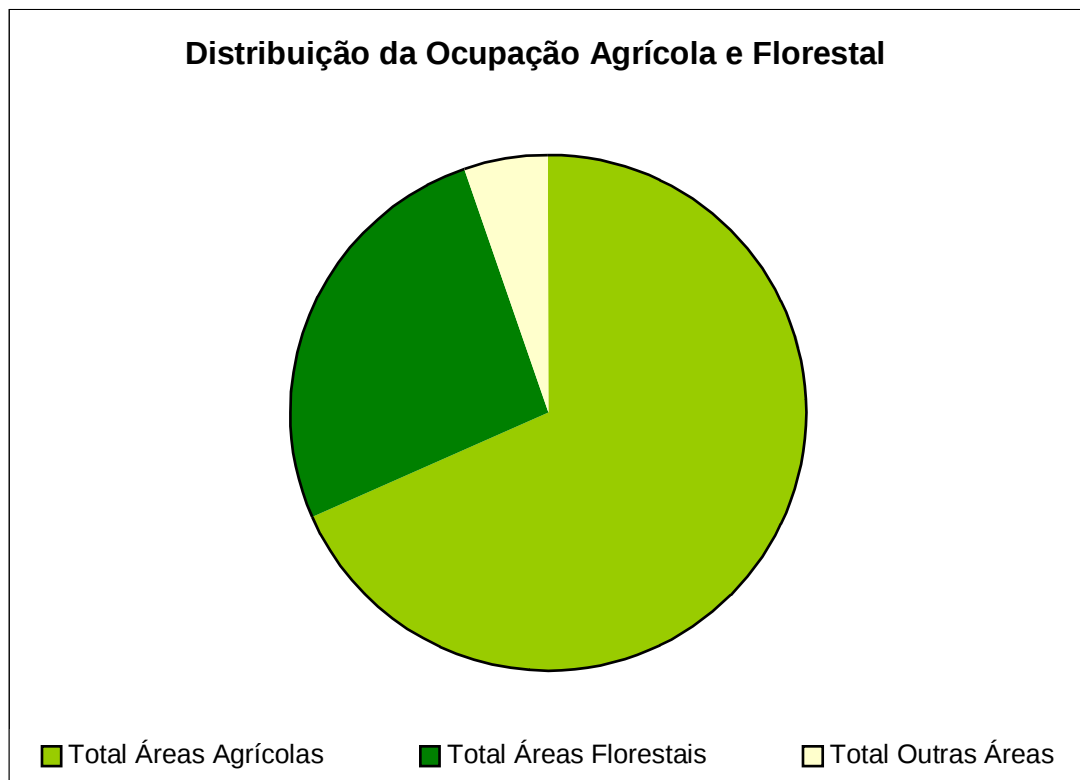


HIDRORUMO
Projecto e Gestão, S.A.

ESPAÇOS AGRÍCOLAS, FLORESTAIS E INCULTOS

UHP: Norte

	Área (ha)	Distribuição na UHP
Área da UHP	115 545,42	
Pastagens Permanentes	661,21	0,57%
Áreas Agrícolas:		
Culturas Anuais	4 253,64	3,68%
Culturas Permanentes	73 625,73	63,72%
Áreas Florestais:		
Folhosas	67,62	0,06%
Eucalipto	4 794,87	4,15%
Resinosas	15 088,17	13,06%
Floresta Mista	8 361,03	7,24%
Degradadas	1 609,26	1,39%
Áreas Incendiadas Recentemente	189,08	0,16%
Matos e Incultos	3 820,21	3,31%
Outras Áreas Não Artificiais	1 333,54	1,15%
Total Áreas Agrícolas	77 879,37	67,40%
Total Áreas Florestais	29 920,95	25,90%
Total Outras Áreas	6 004,04	5,20%
Total Global	113 804,36	98,49%

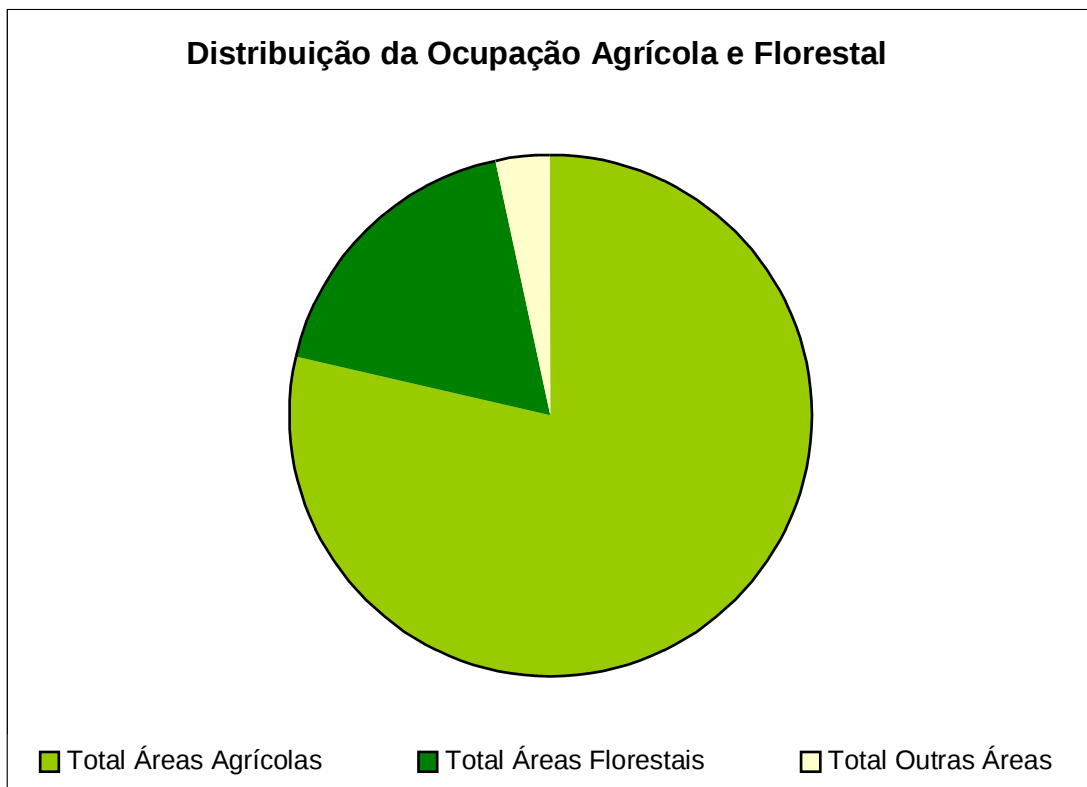


Fonte: Corine Land Cover

ESPAÇOS AGRÍCOLAS, FLORESTAIS E INCULTOS

UHP: Centro

	Área (ha)	Distribuição na UHP
Área da UHP	99 615,90	
Pastagens Permanentes	210,41	0,21%
Áreas Agrícolas:		
Culturas Anuais	2 884,61	2,90%
Culturas Permanentes	72 677,67	72,96%
Áreas Florestais:		
Folhosas		
Eucalipto	9 104,19	9,14%
Resinosas	1 503,28	1,51%
Floresta Mista	2 382,89	2,39%
Degradadas	4 156,61	4,17%
Áreas Incendiadas Recentemente		
Matos e Incultos	2 101,60	2,11%
Outras Áreas Não Artificiais	1 175,85	1,18%
Total Áreas Agrícolas	75 562,28	75,85%
Total Áreas Florestais	17 146,97	17,21%
Total Outras Áreas	3 277,45	3,29%
Total Global	96 197,11	96,57%

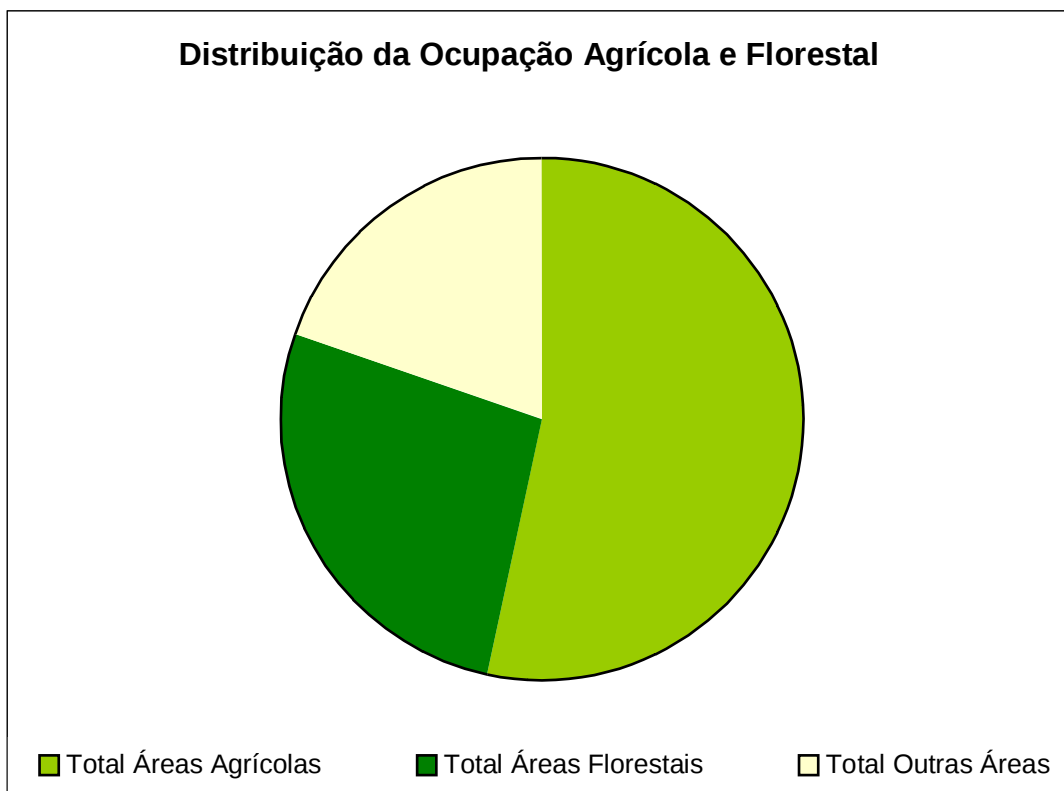


Fonte: Corine Land Cover

ESPAÇOS AGRÍCOLAS, FLORESTAIS E INCULTOS

UHP: Sul

	Área (ha)	Distribuição na UHP
Área da UHP	24 379,70	
Pastagens Permanentes		
Áreas Agrícolas:		
Culturas Anuais	122,28	0,50%
Culturas Permanentes	10 478,32	42,98%
Áreas Florestais:		
Folhosas	772,80	3,17%
Eucalipto		
Resinosas	1 879,96	7,71%
Floresta Mista	1 996,46	8,19%
Degradadas	741,29	3,04%
Áreas Incendiadas Recentemente	76,54	0,31%
Matos e Incultos	3 724,39	15,28%
Outras Áreas Não Artificiais	112,63	0,46%
Total Áreas Agrícolas	10 600,60	43,48%
Total Áreas Florestais	5 390,51	22,11%
Total Outras Áreas	3 913,56	16,05%
Total Global	19 904,67	81,64%



Fonte: Corine Land Cover